

Estudo Técnico Preliminar 35/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23057.000076.2023-80

2. Descrição da necessidade

Manutenção predial, copa e cozinha e outros serviços

2.1. As justificativas da necessidade de contratação do serviço são aquelas constantes no Documento de Oficialização da Demanda e serão transcritas a seguir:

2.1.1. Esta contratação visa atender as necessidades de diversas áreas:

2.1.1.1. A Coordenação de Administração da Sede e Manutenção do campus Natal-Central (CASEM/CNAT) gerencia um sistema de abertura de chamados, no qual os servidores da instituição solicitam a realização de serviços (elétricos, hidráulicos, de alvenaria, de pintura, entre outros) destinados a solucionar problemas de manutenção predial no campus. Os serviços a serem contratados são necessários para assegurar a continuidade do atendimento destes chamados, bem como o desenvolvimento de outras ações voltadas a proporcionar o bom estado de conservação das instalações do campus.

2.1.1.2. O Refeitório do campus Natal-Central demanda a contratação de serviços na área de copa e cozinha, com vistas a garantir a produção e oferta de refeições e lanches aos alunos atendidos pelo Programa de Alimentação Escolar do campus, como também o funcionamento das copas que atendem aos setores administrativos do campus.

2.1.1.3. A Coordenação de Limpeza e Urbanismo do campus Natal-Central (COLURB/CNAT) é responsável, dentre outras atividades, pela manutenção da área verde do campus, que conta com um bosque, um campo de futebol e vários canteiros com árvores e plantas. Esta coordenação também gerencia uma frota de 14 veículos, composta por 3 ônibus, 4 micro ônibus, 2 vans, 4 veículos de passeio, 4 camionetes e 1 trator. Por estes motivos, a COLURB demanda a contratação de serviços de jardinagem e de lavagem de veículos.

2.1.1.4. A Coordenação de Comunicação Social e Eventos (COCSEV/CNAT) é responsável por organizar os eventos do campus como um todo e dar suporte à realização de outros eventos organizados pelas diversas diretorias do campus, por meio de atividades como por exemplo o apoio técnico na operação de equipamentos audiovisuais. Também desempenha a função de divulgar as ações institucionais, atuando inclusive na produção de conteúdos audiovisuais. Assim, esta coordenação demanda a contratação de serviço de assistente de operações audiovisuais.

2.1.1.5. A Diretoria de Tecnologia da Informação do campus Natal-Central (DTI/CNAT) demanda a contratação de serviço de instalação e manutenção de redes de comunicação de dados, com o objetivo de garantir o bom funcionamento da rede lógica do campus.

2.1.1.6. A Diretoria de Administração requisita a contratação de serviço de apoio administrativo às atividades desenvolvidas pela Coordenação de Almoxarifado. A esta Coordenação compete o recebimento de materiais, gestão de estoques e o fornecimento de materiais aos diversos setores do campus, dentre outras atividades.

2.1.1.7. A Coordenação de Saúde (CSAÚDE) requisita a contratação de serviço técnico destinado a auxiliar a realização de atendimentos odontológicos aos alunos da instituição. Vale destacar que estes atendimentos fazem parte das ações de atenção básica à saúde, desenvolvidas pelo campus, com vistas a proporcionar condições para a permanência e êxito de seus estudantes.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Limpeza e Urbanismo do campus Natal-Central (COLURB/CNAT)	ALESSANDRA FORTES GABINO ARAÚJO
Coordenação de Saúde (CSAÚDE/CNAT)	ANA CRISTINA GONDIM FILGUEIRA
Diretoria de Tecnologia da Informação do campus Natal-Central (DTI/CNAT)	DIDEROT FRANCO SAMPAIO JÚNIOR
Diretoria de Administração do campus Natal-Central (DAD /CNAT)	GUSTAVO MOURA CAVALCANTI
Coordenação de Administração da Sede e Manutenção do campus Natal-Central (CASEM/CNAT)	JOSÉ HERIBERTO DE OLIVEIRA

Coordenação de Comunicação Social e Eventos do campus
Natal-Central (COCSEV/CNAT)
Refeitório do campus Natal-Central

TANIA CARVALHO DA SILVA
VANESSA PATRÍCIA QUEIROZ DE MEDEIROS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os requisitos da contratação serão demonstrados no item 4 do Termo de Referência.

4.1.1. A opção por não transcrever a documentação neste documento tem o objetivo de racionalizar a produção dos documentos relativos ao planejamento da contratação e minimizar o risco de informações conflitantes, bem como redundância, entre estes documentos.

5. Levantamento de Mercado

Análise das alternativas existentes

5.1. Considerando as características dos serviços e os dados fornecidos pelos requisitantes e que foram utilizados como justificativa da demanda por estes serviços (ver item 7 deste Estudo), faz-se necessária a contratação de serviços de manutenção predial, copa/cozinha e outros serviços, com dedicação exclusiva de mão-de-obra, em postos de trabalho do tipo tradicional e temporário. Isto posto, pode-se visualizar soluções possíveis tendo em vista alguns aspectos da contratação:

Aspecto 1: Metodologia de fornecimento de insumos

5.1.1. Considerando a metodologia de fornecimento de insumos, foram visualizadas 4 alternativas:

5.1.1.1. Contratação de serviços sem fornecimento de insumos: Esta metodologia implica na realização de outras licitações para a aquisição dos insumos necessários para a prestação dos serviços. Tal característica pode ocasionar a paralisação dos serviços por falta de insumos (em virtude de cancelamento de itens durante o pregão, atraso na entrega etc.) e requer um maior esforço de coordenação por envolver uma empresa prestadora de serviços e vários fornecedores de insumos. Franklin Brasil, auditor federal e pesquisador em Compras Públicas, chama atenção para os custos envolvidos na decisão de licitar serviços e materiais necessários para estes serviços, de forma separada, em relação a serviço de limpeza (mas pode ser utilizada na presente contratação por analogia):

Para comprar material separado, além dos custos de licitar, existem custos administrativos de gerenciar, fiscalizar, pagar, receber, estocar, distribuir. Podem existir custos de conduzir punição em caso de descumprimentos contratuais. [...] Em termos de gestão de riscos, elemento importante a considerar na escolha da solução, o modelo de compra de materiais de higiene separados do serviço de limpeza pode representar riscos adicionais, relacionados, por exemplo, com: desabastecimento, estocagem, perdas por roubo, desvio ou dano ao estoque e desvios de consumo. Se uma licitação para compra do material atrasar, por motivos que incluem: dificuldades de planejamento, impugnações, julgamentos, recursos, pode faltar material. Se a empresa contratada deixar de entregar o material, pode haver desabastecimento. (<https://gestgov.discourse.group/t/material-de-higiene-em-licitacao-de-servico-de-limpeza-e-conservacao/17463/5>)

5.1.1.2. Contratação de serviços com fornecimento de insumos nas quantidades e periodicidades preestabelecidas: Os insumos são fornecidos em quantidades e periodicidades preestabelecidas. Esta metodologia foi utilizada pelo campus em contratos anteriores e continua sendo utilizada por vários órgãos. Como os custos mensais com insumos são fixos, pode ocorrer o fornecimento de insumos em quantidades superiores à demanda, por exemplo em meses de recesso acadêmico, em que o consumo é menor neste caso onerando o custo do contrato.

5.1.1.3. Contratação de serviços com fornecimento de insumos sob demanda: Nesta metodologia, os insumos serão fornecidos à medida e na quantidade que a Administração necessitar. Esta flexibilidade possibilita o atendimento da demanda por insumos necessários aos serviços em condições normais ou atípicas, como por exemplo durante o recesso ou suspensão das atividades presenciais. O fornecimento de insumos sob demanda já é adotado em contratações de outros órgãos como, por exemplo: Pregão nº 90315/2024 - IFSP (158154); Pregão nº 6330/2023 - IFSP (158154); Pregão nº 5/2022 - UNILAB / CAMPUS DO MALÊS (158634); Pregão Nº 00005/2023 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ (70006); Pregão Nº 01713/2023 - IFSP /CAMPUS SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (158713).

5.1.1.4. Contratação de serviços com fornecimento de insumos conforme quantidades e periodicidades preestabelecidas e sob demanda (modelo híbrido): Neste modelo, uma parte dos insumos é fornecida de acordo com quantidades e periodicidades predefinidas no termo de referência (uniformes, calçado e crachá) e outra parte, sob demanda (demais insumos). Uma das vantagens deste modelo é assegurar que aqueles insumos que são necessários no início do contrato sejam fornecidos de forma tempestiva, garantindo também a racionalização de custos com os demais insumos, conforme exposto no item anterior. Este modelo foi utilizado em contratações anteriores do campus.

Aspecto 2: Forma de apresentação dos insumos na PCFP

5.1.2. Considerando a forma como os insumos serão apresentados na PCFP foram visualizadas 3 alternativas:

5.1.2.1. Listagem dos insumos que podem ser fornecidos: Neste modelo, a Administração elabora uma lista com todos os insumos que podem ser fornecidos durante a execução do contrato, para seja realizada uma pesquisa de preços destes insumos, para chegar ao valor estimado de cada um destes insumos que, por sua vez, servirá de referência durante a análise das propostas apresentadas durante a licitação. Um dos principais problemas deste modelo é que a lista de insumos pode ser exaustiva, considerando fatores como a idade da edificação, os serviços que se pretende contratar, entre outros. Por conseguinte, a Administração precisará despende um tempo considerável para elaboração/revisão da lista e para a pesquisa de preços. Isto afeta também o tempo necessário para a elaboração da proposta pelo licitante e para a análise desta pelo pregoeiro. Não obstante, este modelo favorece uma prática ilegal conhecida como “jogo de planilha” onde a empresa oferece alguns itens a um preço abaixo do mercado, enquanto outros são cotados acima. Ademais, se os insumos forem fornecidos sob demanda, uma parte do trabalho da Administração (em listar itens e pesquisar seus preços), da empresa (em cotar itens) e do pregoeiro (em analisar os preços cotados) poderá ser em vão, caso não seja necessário solicitá-los. Também não é difícil imaginar que pode ser necessário adquirir itens que não estão previstos na lista, apesar dela ser exaustiva.

5.1.2.2. Identificação das categorias de insumos relativas a prestação dos serviços: Neste modelo, são identificadas apenas as categorias de insumos que poderão ser fornecidos durante a execução do contrato. Cada categoria abrangerá insumos com natureza, características, especificações e matérias-primas comuns. Os custos com a aquisição dos insumos têm como base o valor total de listas exemplificativas com os insumos incluídos na última licitação e suas quantidades, atualizados pelo IPCA/IBGE, no período compreendido entre o último pregão eletrônico para este objeto (agosto de 2021) e o último índice disponibilizado no site Calculadora do Cidadão (março de 2024). Como as listas são exemplificativas, uma vez que visam apenas demonstrar o total estimado para cada função, poderão ser fornecidos outros insumos não previstos inicialmente, mas que são necessários à execução do objeto, desde que observado o valor total proposto para cada função, que é o máximo a ser gasto com insumos em cada função. Por outro lado, uma parte dos insumos previstos inicialmente pode não ser necessária, logo não serão solicitados. Vale destacar que não é possível prever exatamente todos os insumos, e suas respectivas quantidades, que serão necessários durante a execução de um contrato. A vantagem deste modelo é que a planilha de insumos, que compõe a planilha de custos e formação de preços, fica mais enxuta, facilitando assim a instrução processual por parte da Administração, a elaboração da proposta por parte do licitante e a sua análise por parte do pregoeiro. Ademais, proporciona maior flexibilidade e efetividade quanto ao fornecimento de insumos, assegurando que seja fornecido o necessário à execução contratual. Destacamos que o Ministério da Economia, no “Projeto Revisão do Modelo de Contratação de Serviços de Limpeza”, que pode ser considerado na presente contratação por analogia, propõe que os editais deixem de estabelecer parâmetros rígidos sobre quantidades e tipos de insumos necessários para a execução do serviço, tendo em vista que a definição rígida de materiais e equipamentos para execução do serviço exige especialização que, atualmente, não é de domínio das unidades da APF e traz para a contratante custos relacionados à estimativa e ao controle de insumos. Além disso, entende-se que, ao especificar os insumos, inibe-se a possibilidade de utilização de produtos aprimorados e novos equipamentos pela contratada. (<https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/2020/arquivo/pregao-01-2020-limpeza/8.pdf>)

5.1.2.3. Listagem dos insumos básicos e identificação das categorias de insumos que serão fornecidos sob demanda (modelo híbrido): Neste modelo, são listados apenas os insumos básicos (uniformes, calçado e crachá) e indicadas as categorias dos insumos que serão fornecidos sob demanda. Como os insumos básicos serão fornecidos no início do contrato e uma parte deles serão fornecidos conforme periodicidade, o ideal é que estes insumos sejam listados, facilitando assim a fiscalização do contrato. Por outro lado, como os demais insumos serão fornecidos sob demanda, eles podem estar contemplados dentro de categorias de insumos, tornando a planilha mais enxuta, com outras vantagens associadas a esta prática, e o fornecimento de insumos mais flexível e efetivo, conforme abordado no item 5.1.2.2.

Aspecto 3: Determinação do preço dos insumos

5.1.3. Quanto a metodologia para determinação do preço dos insumos a serem fornecidos, foram visualizadas 3 alternativas:

5.1.3.1. Utilização do preço informado pelo licitante em sua proposta (Tabela Referencial Estática): Neste modelo, os preços dos insumos a serem fornecidos serão aqueles informados na proposta da empresa vencedora. Durante a gestão do contrato, estes preços permanecerão inalterados durante 12 meses, que é a vigência inicial do contrato, e poderão ser reajustados, sempre que houver renovação contratual (motivo pelo qual é conhecido como Tabela Referencial Estática). A vantagem é que os preços dos insumos já serão conhecidos no momento da solicitação, não demandando a realização de outros procedimentos por parte do fiscal do contrato. A desvantagem deste modelo é que alguns insumos podem deixar de ser fornecidos, caso haja elevação de preços nos primeiros 12 meses ou no intervalo compreendidos entre uma renovação e outra. Foi o que aconteceu no contrato, oriundo da última licitação realizada para este objeto, e ocasionou uma série de transtornos durante sua execução, como o não atendimento de alguns chamados de manutenção predial, por falta de insumos. Outra desvantagem é que, caso o preço de qualquer insumo tenha baixado, ele continuará sendo fornecido pelo mesmo preço constante na proposta da empresa vencedora, mesmo que esteja acima do preço praticado atualmente no mercado.

5.1.3.2. Aplicação do desconto, informado pelo licitante em sua proposta, sobre o preço verificado no momento da solicitação do insumo (Tabela Referencial Dinâmica): Neste modelo, o preço de cada insumo será determinado no momento de sua solicitação (daí o nome “Tabela Referencial Dinâmica”), aplicando-se o desconto concedido pela empresa vencedora. O valor sobre o qual será aplicado o desconto será aquele constante em tabelas de referência vigentes (SINAPI e subsidiariamente SEINFRA/CE, ORSE) ou, caso o item a ser fornecido não seja encontrado nestas, a média ou mediana (o que for menor) de uma

pesquisa com no mínimo 3 fornecedores. A pesquisa deverá ser feita, preferencialmente, junto a fornecedores de referência/especializados na comercialização do tipo de material a ser adquirido e que atendem a região. A depender da quantidade a ser solicitada, os fornecedores deverão também atuar na modalidade de venda por atacado. Esta dinâmica visa reduzir o risco de que sejam apresentadas pelo fornecedor pesquisas de preços "falsas e/ou montadas" ou com valores "inflados", o que pode resultar em custos excessivos para a Administração. A preferência por fornecedores de referência ou especializados justifica-se pelo fato de que estes fornecedores geralmente têm reputações estabelecidas e são mais propensos a oferecer preços justos e competitivos. Por sua vez, a pesquisa junto a fornecedores atacadista visa obter preços compatíveis com a quantidade a ser adquirida. Caso a pesquisa não atenda aos critérios estabelecidos, a Administração realizará diligências para aferir se a pesquisa reflete os preços praticados no mercado. Este modelo é uma versão aprimorada daquele que está sendo utilizado no contrato atual, para os insumos sob demanda, cujo fornecimento está ocorrendo normalmente. De acordo com Camelo, Nobrega e Torres (2022),

A utilização do maior desconto sobre os preços da Tabela SINAPI, de forma dinâmica, reduz os riscos dos fornecedores em mercados com alta volatilidade de preços, estimulando-os a oferecer descontos maiores na licitação. Além disso, reduz o risco de jogo de planilha e desestimula pedidos de revisão econômica dos preços registrados na Ata ou liberação do fornecedor em relação ao compromisso assumido, pois os preços acompanharão as readequações periódicas da Tabela, que representam, a priori [sic], os "preços praticados no mercado" para o bem pretendido, sob o qual incidirá o maior desconto alcançado na licitação. Vale acrescentar ainda que a oscilação da tabela referencial pode gerar preços menores ... Veja mais em <https://portal.sollicita.com.br/Noticia/18626/srp-e-a-volatilidade-de-determinados-mercados> - Copyright © 2024, Sollicita. Todos os direitos reservados.

5.1.3.2.1. Caso seja utilizado o modelo que consiste na identificação das categorias de insumos relativas à prestação de serviços, o desconto será concedido por categoria de insumos e será aplicado de forma linear a todos os insumos que compõem a categoria a que o desconto se refere.

5.1.3.3. Utilização do preço informado para insumos básicos e aplicação de desconto sobre o preço verificado no momento da solicitação para os demais insumos (modelo híbrido): Neste modelo, o preço dos insumos básicos (uniformes, calçado e crachá) será aquele informado na proposta da empresa, uma vez que não há grandes variações nos preços de insumos, que comprometa seu fornecimento. Por outro lado, os demais insumos, que serão fornecidos sob demanda, terão seu preço determinado por Tabela Referencial Dinâmica.

Justificativa da solução escolhida

5.2. A solução escolhida é a contratação de serviços com fornecimento de insumos conforme quantidades e periodicidades preestabelecidas e sob demanda (modelo híbrido). Os insumos básicos (uniformes, calçado e crachá) serão listados e fornecidos, conforme quantidades e periodicidades preestabelecidas, pelo preço informado pela empresa vencedora em sua proposta (Tabela Referencial Estática). Os demais insumos serão representados na forma de categorias e fornecidos sob demanda, o preço a ser pago será calculado, quando da solicitação do insumo (Tabela Referencial Dinâmica), aplicando-se o desconto concedido pela empresa vencedora em sua proposta, sobre o valor obtido em tabelas de referência (SINAPI, SEINFRA e ORSE) ou, caso não encontrado nestas, sobre a média ou mediana (o que for menor) dos preços coletados junto a, no mínimo, 3 fornecedores, atendendo alguns critérios (como consulta a fornecedores de referência ou especializados, que atendam a região), de modo que a pesquisa reflita os preços praticados no mercado. As soluções escolhidas estão demonstradas na Tabela 1.

5.2.1. Entendemos, pelo histórico de contratações anteriores, que a prestação dos serviços e o fornecimento de insumos necessários devem estar integrados, sob pena de prejudicar a execução contratual, por falta de sincronia entre a prestação dos serviços e o fornecimento de insumos necessários a esta prestação. Esta integração também visa reduzir transtornos, quando for necessária a correção de serviços, nos termos do art. 119 da Lei nº 14.133/2021, serviços estes nos foram empregados insumos. Por exemplo, se a prestação de serviços e o fornecimento de insumos não for de responsabilidade de uma mesma empresa, a que prestou o serviço pode alegar que o problema foram os insumos fornecidos pela outra e vice-versa, dificultando assim a correção dos serviços.

5.2.2. Entendemos também que os insumos básicos devem ser listados, uma vez que deverão ser fornecidos no início do contrato e conforme quantidades e periodicidades preestabelecidas, facilitando assim fiscalização do contrato e otimizando a execução deste. Por outro lado, os demais insumos devem ser representados na forma de categorias, visto que serão fornecidos sob demanda, proporcionando assim uma maior flexibilidade e efetividade no tocante ao fornecimento dos insumos necessários à execução contratual. Ademais, tal solução possibilita maior economia para a Administração, uma vez que prevê que os insumos serão fornecidos à medida em que forem necessários, o que permite a diminuição dos gastos em períodos de recesso ou de suspensão das atividades.

5.2.3. Entendemos ainda que o fornecimento dos insumos básicos pelos preços constantes na proposta da empresa vencedora (Tabela Referencial Estática) facilita a fiscalização do contrato, uma vez que o fornecimento destes insumos seguirá periodicidades preestabelecidas, conforme já tratado. Ademais, não foram observadas interrupções no fornecimento destes insumos em contratações anteriores, que utilizavam este modelo para o fornecimento destes insumos. Já os demais insumos, cujo fornecimento será sob demanda, serão fornecidos com o desconto informado pela empresa em sua proposta para a categoria em que o insumo está contemplado, aplicado de forma linear sobre o preço verificado no momento de sua solicitação (Tabela de Referência Dinâmica). Tal medida visa evitar a interrupção no fornecimento de diversos insumos em virtude de elevação de preços, vivenciada em contratações anteriores que não utilizavam este modelo. Ademais, como também já foi abordado, este modelo, por acompanhar a volatilidade dos preços no mercado, permite à Administração comprar insumos a um preço menor do que aquele observado na época da licitação, caso os preços destes insumos estejam mais baratos, no momento da solicitação.

5.2.4. Por fim, entendemos que esta solução permite um maior controle dos gastos com insumos relativos ao contrato, além de promover uma maior flexibilidade e efetividade (por possibilitar o atendimento das necessidades de insumos) e segurança (por minimizar a ocorrência de interrupções de fornecimento).

Tabela 1 – Quadro com os modelos identificados por aspecto da contratação, com indicação do modelo indicado

Aspectos da contratação	Modelos identificados
Aspecto 1: Metodologia de fornecimento de insumos	<input type="checkbox"/> Contratação de serviços sem fornecimento de insumos <input type="checkbox"/> Contratação de serviços com fornecimento de insumos nas quantidades e periodicidades preestabelecidas <input type="checkbox"/> Contratação de serviços com fornecimento de insumos sob demanda <input checked="" type="checkbox"/> Contratação de serviços com fornecimento de insumos conforme quantidades e periodicidades preestabelecidas e sob demanda (modelo híbrido)
Aspecto 2: Apresentação dos insumos na PCFP	<input type="checkbox"/> Listagem exaustiva dos insumos que podem ser necessários durante a prestação dos serviços <input type="checkbox"/> Identificação das categorias de insumos que podem ser necessários durante a prestação dos serviços <input checked="" type="checkbox"/> Listagem dos insumos básicos e identificação das categorias de insumos que podem ser necessários durante a prestação dos serviços (modelo híbrido)
Aspecto 3: Determinação do preço dos insumos	<input type="checkbox"/> Utilização do preço informado pelo licitante em sua proposta <input type="checkbox"/> Aplicação do desconto, informado pelo licitante em sua proposta, sobre o preço verificado no momento da solicitação do insumo <input checked="" type="checkbox"/> Utilização do preço informado para insumos básicos e aplicação de desconto sobre o preço verificado no momento da solicitação para os demais insumos (modelo híbrido)

Fonte: Elaboração própria

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Contratação de serviços de manutenção predial, copa/cozinha e outros serviços, com dedicação exclusiva de mão-de-obra, em postos de trabalho do tipo tradicional e temporário e com fornecimento de insumos com periodicidade estabelecida e sob demanda, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência.

Prestação de forma contínua (continuada)

6.1.1.1. O serviço será prestado de forma contínua (continuada) pois visa assegurar a manutenção das atividades acadêmicas e administrativas do contratante.

6.1.1.1.1. A possibilidade de prorrogação contratual revela-se mais vantajosa em termos de economia processual, uma vez que não será necessária a realização, a cada 12 meses, de procedimentos para uma nova contratação deste serviço.

Enquadramento como serviço comum

6.1.1.2. Trata-se de serviço comum, uma vez que possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Pregão eletrônico

6.1.1.3. Por tratar-se de serviço comum, será contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme art. 1º do Decreto nº 10.024/2019.

Sistema tradicional (sem o registro de preços)

6.1.1.4. O pregão será processado pelo sistema tradicional (sem o registro de preços), uma vez que a contratação não se enquadra em nenhuma das hipóteses do art. 3º do Decreto nº 7892/2013.

Menor preço como critério de julgamento

6.1.1.5. O critério de julgamento a ser adotado será o menor preço, uma vez que o valor do lance da empresa será calculado por meio do preenchimento de uma planilha de custos e formação de preços (PCFP).

6.1.1.5.1. Esclarecemos que os descontos concedidos para os insumos que serão fornecidos sob demanda, a serem aplicados sobre os preços verificados no momento da solicitação dos insumos, servirão também para determinar o custo a ser cotado pela empresa em sua PCFP.

Adjudicação por grupo de itens

6.1.1.6. Optou-se pela adjudicação por grupo de itens, pelos motivos expostos no item 9.

Empreitada por preço unitário

6.1.1.7. Optou-se pela empreitada por preço unitário como regime de execução, uma vez que a remuneração da contratada será em função dos serviços efetivamente executados, considerando que os postos temporários serão pagos sob demanda, ou seja, quando da realização de serviços que demandem sua contratação como, por exemplo, reforma de salas de aula e outros ambientes acadêmicos. É importante destacar que a maior parte dos insumos também serão fornecidos sob demanda. Ademais, trata-se de contratação “por preço certo de unidades determinadas” (art. 6º, VIII, “b”, da Lei 8666/93), uma vez que todos os valores a serem contratados constarão da proposta da licitante.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Metodologia de cálculo

7.1. As quantidades de postos a serem contratadas foram obtidas a partir da demanda do campus, do tomando como base as informações apresentadas pela(s) área(s) requisitante(s), bem como a carga-horária, e as atribuições do(s) posto(s), conforme demonstrado a seguir:

Justificativa da demanda

7.2. Para a definição das quantidades a serem contratadas, foram consideradas, além da quantidade atual de postos, do regime de trabalho (44 horas semanais) e das justificativas apresentadas pelo setor, os seguintes dados relativos ao trabalho destes postos no campus, apresentados a seguir por requisitante:

Coordenação de Administração da Sede e Manutenção (CASEM)

7.2.1. A Coordenação de Administração da Sede e Manutenção (CASEM) é o setor responsável pelas ações voltadas a manter a vida útil de todos os sistemas (elétrico, hidráulico, alvenaria etc.) que compõem as edificações do campus. Estas ações têm como origem o cumprimento do Plano de Manutenção Predial Preventiva e Corretiva do IFRN ou o atendimento a solicitações de serviços (chamados), feitas por qualquer servidor do campus. Tais ações são realizadas por meio da equipe de manutenção predial, representada pelos servidores lotados na coordenação e pelos colaboradores da empresa terceirizada.

7.2.1.1. Estes serviços visam a manutenção das instalações prediais do campus Natal-Central. Vale destacar que o prédio principal do campus tem cerca de 56 anos, tendo sido inaugurado em 1967. O campus possui 60.388,76m² de área construída total, 33 edificações e 711 ambientes no total.

7.2.1.2. Além de atender aos chamados de manutenção predial do campus Natal-Central, a CASEM também atende aos chamados relativos ao campus Natal-Zona Leste, que funciona dentro da área do campus Natal-Central.

7.2.1.3. No período de 12 meses (de 01/01/2022 a 31/12/2022), esta coordenação recebeu 2649 solicitações de serviços, representando uma média mensal de aproximadamente 220 chamados de manutenção. Isto representa uma redução de cerca de 14% em comparação ao último período observado (01/02/2019 a 31/01/2020). Contudo, ainda representa uma quantidade elevada de solicitações. A tabela abaixo demonstra quais foram os objetos destes chamados e as respectivas quantidade anual e média mensal:

Tabela 2 - Quantidades anual de chamados e médias mensais por objeto de serviço

Objeto do chamado	2019 [1]		2022 [2]	
	Qtde. anual	Média mensal	Qtde. anual	Média mensal
Sistemas e serviços elétricos [3]	758	63,17	610	50,83
Sistemas e serviços hidrossanitários	376	31,33	243	20,25
Sistemas e serviços de alvenaria [4]	384	32	357	29,75
Sistemas e serviços de marcenaria	694	57,83	551	45,92
Sistemas e serviços de refrigeração [5]	803	66,92	774	64,5
Outros [6]	79	6,58	114	9,5
Total	3094	257,83	2649	220,75

Notas explicativas:

[1] Os dados apresentados para 2019 referem-se ao período de 01/02/2019 a 31/01/2020, o que corresponde a um período de 12 meses.

[2] Os dados apresentados para 2022 referem-se ao período de 01/01/2022 a 31/12/2022, o que corresponde a um período de 12 meses. Foi considerado este ano para suceder o ano de 2019 na

série histórica, pois foi o ano em que foram retomadas as aulas presenciais (21/02/2022), após a pandemia da COVID-19. Assim, os dados apresentados refletem condições normais de funcionamento do campus. Optou-se pelo ano de 2022, pois quando foi iniciado este estudo, em setembro de 2023, pois não se tinha os dados de todo o ano de 2023.

[3] Este objeto de chamado engloba, além do grupo de serviços elétricos, o grupo de serviços relativos a equipamentos eletroeletrônicos.

[4] Este objeto de chamado engloba também serviços de pintura.

[5] Este objeto de chamado engloba, além do grupo de serviços de ar condicionado, o grupo de serviços em outros equipamentos (bebedouro, frigobar etc).

Fonte: Estudo da CASEM com dados do SUAP (2019); dados do SUAP (2022).

7.2.1.4. A Figura 2 demonstra a distribuição dos grupos de serviços mais demandados:

Figura 2 - Grupos de serviços mais demandados



Fonte: SUAP (2022)

7.2.1.5. Como se pode perceber, do total de chamados de manutenção registrados no período, verifica-se no gráfico acima que os grupos de serviços que representam a maior parte das solicitações de serviços foram: Ar Condicionado (27,48%), Marcenaria (20,76%), Alvenaria (13,48%), Serviço Elétrico (13,44%), e Serviço Hidráulico (9,17%).

7.2.1.6. Assim, a CASEM requisita a contratação dos seguintes postos residentes, conforme justificativas da demanda, apresentadas após a identificação de cada posto:

7.2.1.6.1. Auxiliar de manutenção em geral, CBO 5143-10, 44h semanais, posto residente (quantidade: 1 posto): A contratação deste posto se justifica pela quantidade de postos que receberão serão auxiliados por esta função: 11 postos (1 bombeiro hidráulico, 2 eletricitas, 1 eletricitista de rede, 1 marceneiro, 2 pintores e 1 serralheiro). Outra justificativa é a quantidade média de chamados de manutenção predial (220), considerando todas as categorias de serviços.

7.2.1.6.2. Auxiliar de manutenção em geral, CBO 5143-10, 44h semanais, posto residente, desempenhando também a função secundária de Instalador de ferro PVC/Gesseiro (quantidade: 1 posto): A contratação deste posto se justifica pela quantidade de postos que serão auxiliados por esta função: 11 postos. Este posto justifica-se também pelo fato de que existe a demanda por serviços de revestimento com gesso em paredes e tetos (apesar de não haver histórico de chamados para este serviço). Por se tratar da primeira que o campus contrata esta função, não será contratado um posto exclusivamente para esta função, mas sim um posto de Auxiliar de manutenção em geral, acumulando esta função. Outra justificativa para a contratação de um Auxiliar de manutenção em geral, acumulando esta função, é a quantidade média chamados de manutenção predial (220), considerando todas as categorias de serviços. Estima-se que o acúmulo se dê entre 2 e 3 vezes por semana.

7.2.1.6.3. Auxiliar de manutenção em geral, CBO 5143-10, 44h semanais, posto residente, desempenhando também a função secundária de Lavador de veículos, CBO 5199-35 (quantidade: 1 posto): A contratação deste posto justifica-se pela quantidade de profissionais a que este posto prestará auxílio (11), pelas quantidades de veículos e de saídas ou viagens/mês e pela frequência de lavagens (ver dados apresentados pela COLURB no item 7.2.6 deste ETP). Na contratação anterior, constava o posto de lavador de veículos. Contudo, para evitar uma eventual ociosidade deste posto e reforçar a equipe que presta apoio a outros postos, será contratado agora o posto de Auxiliar de manutenção em geral, desempenhando também a função de Lavador de veículos. Assim, o seu ocupante atenderá tanto as necessidades da CASEM (auxiliar outros postos) e quanto da COLURB (lavagem e higienização de veículos). Quando não estiver desempenhando atribuições de uma função, o seu ocupante deverá desempenhar atribuições da outra função que compõe o seu posto. Devido às rotinas das funções e dos locais de trabalho, o acúmulo acontecerá diariamente em turnos distintos.

7.2.1.6.4. Auxiliar de manutenção em geral, CBO 5143-10, 44h semanais, posto residente, desempenhando também a função secundária de Piscineiro, CBO 5143-30 (quantidade: 1 posto): A justificativa para a contratação deste posto é que o campus possui 2 piscinas, totalizando uma área de 468m². Estas piscinas são utilizadas diuturnamente por alunos e servidores do campus e pessoas da comunidade externa. Esta utilização frequente das piscinas demanda a realização diária de atividades de manutenção preventiva e corretiva, conforme tabela abaixo. Na contratação anterior, constava o posto de Piscineiro. Contudo, para evitar uma eventual ociosidade no posto de Piscineiro, optou-se por contratar o posto de Auxiliar de manutenção em geral, desempenhando também a função secundária de Piscineiro. Ademais, o campus também precisa reforçar a equipe que presta apoio a outros postos durante os serviços de manutenção predial. Assim, quando não estiver desempenhando as atividades de uma função, poderá desempenhar as da outra função que compõe o seu posto. Tendo em vista as atividades realizadas pelas funções e dos locais de trabalho, o acúmulo ocorrerá diariamente em turnos distintos.

Tabela 3 - Atividades relativas à limpeza da piscina e sua periodicidade

Atividade	Periodicidade
Escovação	Duas vezes por semana
Medição de Ph	Diariamente
Remoção de sujeira	Diariamente
Adição de cloro	Três vezes por semana
Adição de clarificante	Uma vez por semana
Adição de barrilha	Uma vez por semana
Aspiração	Diariamente
Filtragem	Diariamente
Limpeza dos decks das piscinas	Diariamente
Retro lavagem dos filtros	Uma vez por semana
Limpeza dos pré-filtros das bombas	Uma vez por semana
Limpeza nas casas de bomba	Uma vez por semana

Fonte: Elaboração própria

7.2.1.6.5. Auxiliar de refrigeração, CBO 9112-05, 44h semanais, posto residente (quantidade: 3 postos): Como foi mencionado acima, são abertos uma média de 64 chamados a cada mês, necessitando assim de profissionais para auxiliar os postos de Mecânicos III, no atendimento a estes chamados, conferindo assim maior celeridade ao serviço. Esta função não constava na contratação anterior. Foi incluída na presente contratação, visando racionalizar a contratação dos serviços na área de mecânica. Observou-se na contratação anterior que os profissionais desta área precisam trabalhar em dupla, onde o profissional de menor qualificação auxiliar o outro. Vale ressaltar que esta metodologia confere maior celeridade à solução do problema que motivou a abertura do chamado.

7.2.1.6.6. Bombeiro hidráulico, CBO 7241-10, 44h semanais, posto residente (quantidade: 1 posto): A justificativa para contratação deste posto é a quantidade anual de chamados (243), o que equivale a uma média mensal de 20 chamados.

7.2.1.6.7. Eletricista, CBO 7156-10, 44h semanais, posto residente (quantidade: 2 postos): Foram abertos 610 chamados entre janeiro a dezembro de 2022, o que resulta em uma média de 50 chamados/mês, evidenciando a necessidade de contratação deste posto.

7.2.1.6.8. Marceneiro, CBO 7711-05, 44h semanais, posto residente (quantidade: 1 posto): Durante um período de 12 meses, foram abertos 551 chamados, ou seja, uma média de quase 46 chamados/mês, demandando assim, a contratação deste posto.

7.2.1.6.9. Mecânico III, CBO 9112-05, 44h semanais, posto residente (quantidade: 3 postos): Em um período de 12 meses, foram abertos 774 chamados envolvendo equipamentos de climatização ou refrigeração, o que resulta em uma média de 64 chamados/mês.

7.2.1.6.10. Pedreiro, CBO 7152-10, 44h semanais, posto residente (quantidade: 2 postos): No intervalo de um ano, foram abertas pelo menos 288 solicitações dos serviços deste tipo de posto, o que equivale a uma média de 24 solicitações/mês. A contratação deste posto se justifica também pela área total construída e a quantidade de ambientes do campus e a necessidade de manutenção corretiva destes.

7.2.1.6.11. Pintor, CBO 7166-10, 44h semanais, posto residente (quantidade: 2 postos): Também no intervalo de um ano, estima-se que foram abertos 69 chamados envolvendo os serviços deste tipo de posto. Ademais há que se considerar fatores como a área total construída e a quantidade de ambientes do campus, bem como a necessidade de manutenção corretiva destes.

7.2.1.6.12. Serralheiro, CBO 7244-40, 44h semanais, posto residente (quantidade: 1 posto): A contratação deste tipo de posto é justificada, entre outros fatores, pela quantidade de portas (419) e de janelas de vidro (1310) e pela necessidade de manutenção corretiva nestas instalações.

7.2.1.6.13. Servente de obras, CBO 7170-20, 44h semanais, posto residente (quantidade: 2 postos): Para a contratação de postos de servente de obra, levou-se em consideração a quantidade anual (288) e a média mensal (24) de solicitações de serviços de pedreiro, uma vez que este posto tem a função de auxiliar este profissional. Ademais, seguindo esta lógica, deve-se considerar

também a área total construída e a quantidade de ambientes do campus e sua necessidade de manutenção corretiva.

7.2.1.6.14. Supervisor, CBO 4101-05, 44h semanais, posto residente (quantidade: 1 posto): considerando que o contrato possui aproximadamente 23 funções distintas e um total de 44 postos de trabalho (contando apenas os trabalhadores residentes, excluindo o próprio supervisor), atuando em diferentes áreas da manutenção predial, refeitório e outras, bem como a complexidade na gerência concomitante da execução de suas atividades no seu dia a dia, além da necessidade de uma força de trabalho para supervisionar o abastecimento dos insumos necessários a execução contratual, há a necessidade de contratação de um posto de supervisor para desenvolver tal papel.

7.2.1.7. Além dos postos residentes, a CASEM necessita de postos temporários, visando fazer face ao aumento da demanda por serviços de manutenção predial nos períodos de férias escolares e recessos. Geralmente, são programados para estes períodos, serviços que não podem ser realizados durante o período letivo, quando os ambientes estão sendo utilizados pelos alunos e pela comunidade acadêmica. Vale destacar que esta prática é bastante comum na área de Educação.

7.2.1.7.1. Aux. de manutenção em geral, CBO 5143-10, 44h semanais, posto temporário (quantidade: 4 postos): A contratação destes postos se justifica pela necessidade de profissionais para auxiliar os outros postos nos serviços realizados durante férias e recessos acadêmicos.

7.2.1.7.2. Auxiliar de refrigeração, CBO 9112-05, 44h semanais, posto temporário (quantidade: 4 postos): A justificativa para a contratação destes postos é a necessidade de profissionais para auxiliar o mecânico III nos serviços prestados por este, durante férias e recessos acadêmicos, de modo a conferir maior celeridade aos serviços.

7.2.1.7.3. Eletricista, CBO 7156-10, 44h semanais, posto temporário (quantidade: 1 posto): A contratação deste posto se justifica pela necessidade de realização de manutenções preventiva e corretiva no campus e de outros serviços, durante férias e recessos acadêmicos.

7.2.1.7.4. Mecânico III, CBO 9112-05, 44h semanais, posto temporário (quantidade: 4 postos): A justificativa para a contratação destes postos é a necessidade de manutenção preventiva e corretiva nos condicionadores de ar e outros equipamentos do campus, durante férias e recessos acadêmicos.

7.2.1.7.5. Pedreiro, CBO 7152-10, 44h semanais, posto temporário (quantidade: 2 postos): A realização de pequenos serviços de alvenaria durante férias e recessos acadêmicos é uma das justificativas para a contratação deste tipo de posto.

7.2.1.7.6. Pintor, CBO 7166-10, 44h semanais, posto temporário (quantidade: 3 postos): Justifica-se a contratação deste posto pela necessidade de realização de manutenção preventiva e corretiva no campus e de serviços durante férias e recessos acadêmicos, como por exemplo a pintura de salas de aula.

7.2.1.7.7. Serralheiro, CBO 7244-40, 44h semanais, posto temporário (quantidade: 2 postos): A contratação deste posto se justifica pela necessidade de realização de manutenções preventiva e corretiva nas portas e janelas de vidro, e também em esquadrias, durante férias e recessos acadêmicos.

7.2.1.7.8. Servente de obras, CBO 7170-20, 44h semanais, posto temporário (quantidade: 2 postos): Este posto auxiliará os pedreiros na realização de pequenos serviços de alvenaria realizados durante férias e recessos acadêmicos.

Refeitório

7.2.2. O refeitório do IFRN Campus Natal-Central funciona de segunda a sexta-feira, das 06h00 às 20h30, com produção e oferta de 4 refeições diárias (lanche da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar), totalizando 1850 atendimentos/dia. A tabela abaixo resume a quantidade de refeições diárias servidas no refeitório.

Tabela 4 - Refeições, quantidade média de atendimentos e horários de distribuição

Refeição	Quantidade	Horário de distribuição
Lanche da manhã	500	8h20 às 9h00
Almoço	600	11h00 às 13h00
Lanche da tarde	600	15h50 às 16h30
Jantar	150	17h30 às 18h30
Total de refeições	1850	-

Fonte: Elaboração própria

7.2.3. Para proporcionar condições para o preparo das refeições e lanches, são recebidos no refeitório gêneros alimentícios no mínimo 3 dias na semana, conforme a seguir:

7.2.3.1. verduras e legumes: 2 entregas/semana;

7.2.3.2. frutas: 1 entrega/semana;

7.2.3.3. bebida láctea: 1 entrega a cada 15 dias (quando há nota de empenho);

7.2.3.4. bolo: 1 entrega/semana;

7.2.3.5. pão: 1 entrega/semana;

7.2.3.6. gêneros não-perecíveis: 1 entrega a cada 15 dias, havendo variação nos dias, uma vez que temos vários fornecedores destes gêneros;

7.2.3.7. carnes, frango e peixe: 1 entrega a cada 15 ou 20 dias;

7.2.3.8. ovos: 1 entrega/semana.

7.2.4. O refeitório também é responsável por disponibilizar profissionais para o funcionamento de 3 copas localizadas nos campi Natal-Central e Natal-Zona Leste. Uma delas está localizada no Gabinete da Direção-geral do campus Natal-Central, dando suporte a este setor e a setores próximos e às reuniões realizadas tanto na Sala de Reuniões do Gabinete, quanto na Sala da Direção-Geral. Além das reuniões semanais do Colégio Gestor do campus, são realizadas outras reuniões, seja com autoridades, servidores ou comunidade externa. A segunda copa é responsável pelo preparo do café para todos os setores administrativos da escola. Diariamente, são produzidos cerca de 200 litros da bebida, sendo 100 litros pela manhã e 100 litros à tarde, abastecendo garrafas de café para todos os servidores. Trata-se de uma produção diária grande, que requer um funcionário que, além de preparar o café, encha todas as garrafas e organize sua distribuição para todos os setores. Por último, existe uma copa do prédio do campus Natal-Zona Leste.

7.2.5. Assim, o refeitório demanda os seguintes postos residentes:

7.2.5.1. Armazenista, CBO 4141-10, 44h semanais, posto residente (quantidade: 1 posto): A justificativa para a contratação de um posto de armazenista está na quantidade de entregas realizadas no refeitório semanalmente e os serviços a serem realizados, que envolve o auxílio no recebimento de mercadorias e na organização e controle do estoque destas mercadorias. Vale destacar que são recebidos gêneros alimentícios no mínimo 3 dias na semana e de diferentes fornecedores, conforme já demonstrado.

7.2.5.2. Auxiliar de cozinha, CBO 5135-05, 44h semanais, posto residente (quantidade: 7 postos): Além do horário de funcionamento do refeitório, podemos citar como justificativa para a contratação destes postos a quantidade de lanches e refeições que deverão ser preparados e servidos e seus respectivos horários, bem como os serviços a serem realizados, que compreendem o auxílio no preparo dos alimentos, a disponibilização para consumo e a limpeza e a conservação das dependências e equipamentos do refeitório.

7.2.5.3. Cozinheiro, CBO 5132-05, 44h semanais, posto residente (quantidade: 2 postos): A justificativa para a contratação deste posto são o horário de funcionamento do refeitório, a quantidade de lanches e refeições que deverão ser preparados ou servidos e os respectivos horários, bem como os serviços a serem realizados, que compreendem desde o preparo até a disponibilização para consumo, bem como a limpeza e a conservação das dependências e equipamentos do refeitório.

7.2.5.4. Copeiro, CBO 5134-25, 44h semanais, posto residente (quantidade: 3 postos): A justificativa da contratação de copeiros é a quantidade de copas em funcionamento e os serviços a serem realizados, envolvendo o preparo e distribuição de bebidas e lanches, bem como a limpeza e a conservação das dependências e equipamentos das copas.

Coordenação de Limpeza e Urbanismo (COLURB)

7.2.6. A Coordenação de Limpeza e Urbanismo (COLURB) é responsável, dentre outras atividades, pela manutenção de uma área verde de 16.364,92m², abrangendo canteiros, bosque, além de árvores espalhadas pelo campus.

7.2.6.1. À COLURB está vinculado o Setor de Transporte que, além de disponibilizar veículos e/ou motoristas para as atividades do campus, o Setor de Transporte é responsável pela limpeza e conservação de uma frota de 18 veículos, sendo 14 veículos do campus Natal-Central e 4 do campus Natal-Zona Leste. Considerando apenas a frota do campus Natal-Central, são 3 ônibus, 4 micro-ônibus, 2 vans, 4 veículos de passeio, 4 camionetes e 1 trator.

7.2.6.2. A limpeza e a conservação dos veículos são essenciais para a manutenção da frota e para a realização de atividades como a aulas de campo, visitas técnicas, entre outras. Vale destacar que, de acordo com dados de 2022, cada veículo é utilizado em média em 36 saídas ou viagens/mês, sendo lavado pelo menos 2 vezes por semana. Vale destacar ainda que os veículos de transporte coletivo (ônibus, micro-ônibus e vans) são higienizados cada vez que são utilizados, podendo chegar a 3 higienizações por semana. Tais fatos evidenciam a frequência diária de serviços de limpeza e conservação de veículos.

7.2.6.3. Assim, a COLURB demanda a contratação dos seguintes postos residentes:

7.2.6.3.1. Jardineiro, CBO 6220-10, 44h semanais, posto residente (quantidade: 4 postos): Levou-se em consideração o tamanho da área verde do campus para justificar a quantidade de postos a ser contratada.

7.2.6.3.2. Jardineiro, CBO 6220-10, 44h semanais, posto residente, desempenhando também a função secundária de Tratorista, CBO 6420-15 (quantidade: 1 posto): Levou-se em consideração o tamanho da área verde do campus para justificar a quantidade de postos de jardineiros a ser contratada, que representa a quantidade atual de jardineiros. A inclusão deste posto nesta contratação é justificada em virtude da demanda pela atividade de condução de um trator para transporte de resíduos (comuns, poda e resíduos da construção civil), que não é suficiente para a contratação de um posto apenas com esta função. Vale destacar que soma das quantidades deste posto (1) e de Jardineiro (4) equivale a quantidade de postos constante na última contratação para a função de jardineiro. Além do trator utilizado para transporte de resíduos, este profissional operará o mini trator cortador de grama. O acúmulo de funções acontecerá de 2 a 3 vezes por semana.

7.2.6.4. Além destes postos, a COLURB demanda a contratação de um posto de Lavador de veículos (CBO 5199-35), considerando a quantidade de veículos e de saídas ou viagens/mês e pela frequência de lavagens. Contudo, visando evitar uma eventual ociosidade deste posto. Devido a racionalização dos custos, esta função será desempenhada por um Auxiliar de manutenção em geral, como função secundária. As justificativas para contratação de posto estão descritas no item 7.2.1.6.3.

Coordenação de Comunicação Social e Eventos (COCSEV)

7.2.7. A Coordenação de Comunicação Social e Eventos (COCSEV) é responsável, dentre outras atividades, pela realização de eventos do campus Natal-Central. Ela também oferece suporte para a realização de palestras e reuniões, de modo presencial, remoto ou híbrido, em que é necessária a utilização de equipamentos de áudio e vídeo. Somente em 2019, o Auditório Pedro Silveira e Sá Leitão e o Miniáuditorio Central receberam respectivamente 263 e 230 agendamentos, o que implica em uma média de 41 eventos por mês apenas nestes dois espaços. Esclarecemos que não foram considerados os dados referentes a 2022, pois neste ano foram retomadas as atividades acadêmicas presenciais, o que faz com que estes dados não retratem o agendamento normal dos eventos nestes dois espaços. Esclarecemos também que, além destes ambientes, o campus conta com mais três

miniauditórios (DIAC, DIAREN e DIACIN).

7.2.7.1. A COCSEV é responsável pela produção de conteúdos audiovisuais e pela execução do planejamento na área de comunicação do campus, que inclui vídeos, podcasts e outros produtos de natureza semelhante. São produzidos 1 a 2 vídeos por semana, além de vídeos sob demanda, conforme solicitação das diversas diretorias do campus.

7.2.7.2. Assim, a COCSEV demanda a contratação do seguinte posto residente:

7.2.7.2.1. Assistente em operações audiovisuais, CBO 3731-45, 44h semanais, posto residente (quantidade: 2 postos): A justificativa para a contratação de um posto deste tipo é a quantidade de agendamentos por mês e de produções audiovisuais e suas respectivas frequências mensais, como também as atribuições do posto. Vale destacar que esta quantidade representa um aumento em relação à contratação anterior, quando foi contratado apenas um posto para esta função. Este aumento ocorreu já no contrato atual, por meio de aditivo de repactuação, e justifica-se pela produção audiovisual do campus e a crescente demanda por esse suporte em mídias de áudio, vídeo e de redes sociais.

Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI)

7.2.8. A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) desempenha atividades relativas à infraestrutura de servidores e de rede de dados, como os que possuem maior complexidade de execução e maior impacto financeiro dentre os serviços de TI, com exceção da aquisição de computadores. Essa complexidade se dá, pelo motivo do dimensionamento físico do campus Natal-Central e da grande malha de sua rede de dados. De acordo com dados fornecidos pela Diretoria em 2019, esta rede contava com cerca de 6240 pontos de dados (entre Pontos de Acesso de dados, Redes WIFI, Telefonia VOIP e Câmeras de vídeo monitoramento), divididos entre 130 switches, distribuídos por 13 diretorias acadêmicas e administrativas.

7.2.8.1. Assim, a DTI demanda a contratação do posto residente abaixo:

7.2.8.1.1. Eletricista instalador-reparador de redes de comunicação de dados, CBO 7231-30, 44h semanais, posto residente (quantidade: 1 posto): A justificativa para a contratação de um posto deste tipo é a quantidade de pontos de dados existentes no campus e a necessidade de manutenção corretiva nesta rede lógica.

7.2.8.2. Além disso, a DTI necessita do posto temporário abaixo, também para fazer face ao aumento de demanda nos períodos de recesso e férias escolares:

7.2.8.2.1. Eletricista instalador-reparador de redes de comunicação de dados, CBO 7231-30, 44h semanais, posto temporário (quantidade: 1 posto): Justifica-se a contratação de um posto temporário, pela quantidade de pontos de dados e a necessidade de manutenção preventiva nesta rede lógica durante férias e recessos acadêmicos.

Diretoria de Administração (DIAD)

7.2.9. A Diretoria de Administração (DIAD) está vinculada a Coordenação de Almoxarifado (CALMOX) que é responsável, dentre outras, por atividades relativas ao recebimento de materiais e equipamentos, tais como: cadastramento de notas de empenhos no SUAP, conferência, recebimento, armazenamento, controle de estoque e distribuição aos setores. Esta distribuição se dá mediante o atendimento das requisições feitas pelos setores. Em 2022, foram atendidas 1852 requisições.

7.2.9.1. Assim, a DIAD demanda a contratação do posto residente abaixo:

7.2.9.1.1. Armazenista, CBO 4141-10, 44h semanais, posto residente, desempenhando também a função de Auxiliar de logística, CBO 4141-40 (quantidade: 1 posto): A contratação de um posto deste tipo para a CALMOX/DIAD se justifica pela quantidade de requisições atendidas e pelas atribuições do posto. Na última contratação, este posto possuía apenas a função de armazenista. A justificativa para incluir neste posto a função secundária de Auxiliar de logística é o fato de que este armazenista que presta serviços nesta coordenação possui mais atribuições que o Armazenista que presta serviços no Refeitório, como a utilização de sistemas informatizados. Devido às características das atividades a serem desempenhadas e do setor onde o profissional prestará os serviços, o acúmulo de funções será diário e de forma concomitante.

Coordenação de Saúde (CSAÚDE)

7.2.10. A Coordenação de Saúde (CSAÚDE) presta, dentre outros serviços, atendimento odontológico aos alunos da instituição.

7.2.10.1. Assim, esta Coordenação demanda a contratação do posto residente abaixo:

7.2.10.1.1. Auxiliar de saúde bucal, CBO 3224-15, 44h semanais, posto residente (quantidade: 1 posto): A contratação de um posto deste tipo para a CSAÚDE se justifica pela quantidade de atendimentos odontológicos/dia (8 atendimentos agendados, sem contar os atendimentos de urgência), o horário de funcionamento do serviço de odontologia (7 às 19hs), o regime de trabalho (44 horas semanais), as atribuições do posto e a justificativa apresentada pela área requisitante no documento de oficialização da demanda – DOD. Foram considerados os dados da contratação anterior, no ano de 2022.

Quantidades de postos e a serem licitadas

7.3. As quantidades propostas para os postos residentes, conforme as justificativas apresentadas acima, estão demonstradas na tabela abaixo, juntamente as quantidades atuais. Como se pode perceber serão contratados 2 postos a mais em e comparação aos contratos atuais, o que representa um aumento de 4,65%. Um dos pontos que merece destaque é a contratação de 3 auxiliares de refrigeração (função que não constava na contratação anterior), para fazer face ao aumento dos chamados relativos a manutenção de condicionadores de ar. Uma redução foi relação à função de pedreiro que passou de 3 para 2 postos.

Tabela 5 - Quantidades atual e proposta para cada posto residente

	Qtde. nos contratos atuais	Qtde. no novo contrato ou qtde.
--	-------------------------------	------------------------------------

Postos	ou qtde. atual (postos/ano) [1]	proposta (postos /ano)
Armazenista	2	1
Armazenista / Auxiliar de logística	0	1
Assistente de operações audiovisuais	2	2
Auxiliar de cozinha	7	7
Auxiliar de manutenção em geral	2	1
Aux. manut. geral / Gesseiro	0	1
Aux. manut. geral / Lav. veículos	0	1
Aux. manut. geral / Piscineiro	0	1
Aux. refrigeração	0	3
Aux. saúde bucal	1	1
Bombeiro hidráulico	1	1
Copeiro	3	3
Cozinheiro	2	2
Eletricista	2	2
Eletricista de redes	1	1
Jardineiro	5	4
Jardineiro / Tratorista	0	1
Lavador de veículos	1	0
Marceneiro	1	1
Mec. Refrigeração III	3	3
Pedreiro	3	2
Pintor	2	2
Piscineiro	1	0
Serralheiro	1	1
Servente de obras	2	2
Supervisor	1	1
Total	43	45
Nota explicativa: [1] Foram apresentados os quantitativos relativos aos contratos 129/2023 (manutenção predial, copa/cozinha e outros serviços) e 153/2023 (auxiliar de saúde bucal), que foram os serviços contemplados na presente contratação.		

Fonte: Elaboração própria

7.3.1. Em relação aos postos temporários, o quantitativo proposto para o novo contrato foi comparado com a quantitativo da última contratação em que foram contemplados postos temporários, a qual aconteceu em 2021. Como se pode perceber na tabela abaixo, o quantitativo relativo ao novo contrato representa um aumento de 130% em relação ao último contrato, contendo postos temporários. Este aumento pode ser explicado pela necessidade de solucionar alguns problemas relativos à execução do plano de manutenção predial. Acontece que, devido à grande quantidade de chamados de manutenção predial, a CASEM não tem conseguido cumprir o plano de manutenção predial com os postos residentes contratados.

Tabela 6 - Quantidades atual e proposta para cada posto temporário

	Qtde. no último contrato com postos temporários (postos /ano) [1]	Qtde. no novo contrato ou Qtde. proposta (postos/ano)
Aux. manut. geral (temp)	0	4
Aux. refrigeração (temp)	0	4

Eletricista (temp)	1	1
Eletricista redes (temp)	1	1
Mec. Refrigeração III (temp)	3	4
Pedreiro (temp)	2	2
Pintor (temp)	1	3
Serralheiro (temp)	1	2
Servente de obras (temp)	1	2
Total	10	23
Nota explicativa:		
[1] Foram considerados os quantitativos relativos ao contrato 183/2021, que foi o último contrato, no qual foram contemplados postos temporários.		

Fonte: Elaboração própria

7.4. As quantidades a serem licitadas foram calculadas considerando a unidade de fornecimento, a saber: posto de serviço mensal.

7.4.1. No caso dos postos residentes, a quantidade a ser licitada (em postos de serviço mensal) é obtida multiplicando-se a quantidade proposta (em postos/ano) por 12 (meses), que é a vigência inicial do contrato. As quantidades a serem licitadas para os postos residentes, juntamente com a memória de cálculo, estão demonstradas na tabela abaixo.

Tabela 7 - Quantidades a serem licitadas para os postos residentes com memória de cálculo

Item	Função resumida	Qtde. proposta (postos/ano)	Qtde. a ser licitada (postos de serviço mensal)	Memória de cálculo da qtde. a ser licitada
1	Armazenista	1	12	$1 \times 12 = 12$, o que equivale a 1 posto(s) durante 12 meses.
2	Armazenista / Auxiliar de logística	1	12	$1 \times 12 = 12$, o que equivale a 1 posto(s) durante 12 meses.
3	Assistente de operações audiovisuais	2	24	$2 \times 12 = 24$, o que equivale a 2 posto(s) durante 12 meses.
4	Auxiliar de cozinha	7	84	$7 \times 12 = 84$, o que equivale a 7 posto(s) durante 12 meses.
5	Auxiliar de manutenção em geral	1	12	$1 \times 12 = 12$, o que equivale a 1 posto(s) durante 12 meses.
6	Aux. manut. geral / Gesseiro	1	12	$1 \times 12 = 12$, o que equivale a 1 posto(s) durante 12 meses.
7	Aux. manut. geral / Lav. veículos	1	12	$1 \times 12 = 12$, o que equivale a 1 posto(s) durante 12 meses.
8	Aux. manut. geral / Piscineiro	1	12	$1 \times 12 = 12$, o que equivale a 1 posto(s) durante 12 meses.
9	Aux. refrigeração	3	36	$3 \times 12 = 36$, o que equivale a 3 posto(s) durante 12 meses.
10	Aux. saúde bucal	1	12	$1 \times 12 = 12$, o que equivale a 1 posto(s) durante 12 meses.
11	Bombeiro hidráulico	1	12	$1 \times 12 = 12$, o que equivale a 1 posto(s) durante 12 meses.
12	Copeiro	3	36	$3 \times 12 = 36$, o que equivale a 3 posto(s) durante 12 meses.
13	Cozinheiro	2	24	$2 \times 12 = 24$, o que equivale a 2 posto(s) durante 12 meses.
14	Eletricista	2	24	$2 \times 12 = 24$, o que equivale a 2 posto(s) durante 12 meses.
				$1 \times 12 = 12$, o que equivale a 1

15	Eletricista de redes	1	12	posto(s) durante 12 meses.
16	Jardineiro	4	48	4 x 12 = 48, o que equivale a 4 posto(s) durante 12 meses.
17	Jardineiro / Tratorista	1	12	1 x 12 = 12, o que equivale a 1 posto(s) durante 12 meses.
18	Marceneiro	1	12	1 x 12 = 12, o que equivale a 1 posto(s) durante 12 meses.
19	Mec. Refrigeração III	3	36	3 x 12 = 36, o que equivale a 3 posto(s) durante 12 meses.
20	Pedreiro	2	24	2 x 12 = 24, o que equivale a 2 posto(s) durante 12 meses.
21	Pintor	2	24	2 x 12 = 24, o que equivale a 2 posto(s) durante 12 meses.
22	Serralheiro	1	12	1 x 12 = 12, o que equivale a 1 posto(s) durante 12 meses.
23	Servente de obras	2	24	2 x 12 = 24, o que equivale a 2 posto(s) durante 12 meses.
24	Supervisor	1	12	1 x 12 = 12, o que equivale a 1 posto(s) durante 12 meses.

Fonte: Elaboração própria

7.4.2. Já para os postos temporários, a quantidade a ser licitada (em postos de serviço mensal) foi encontrada multiplicando-se a quantidade proposta (em postos/ano) por 4 (meses), que será a duração do contrato de trabalho temporário a cada ano. A tabela a seguir demonstra as quantidades a serem licitadas para os postos temporários.

Tabela 8 - Quantidades a serem licitadas para os postos temporários como memória de cálculo

Item	Função resumida	Qtde. proposta (postos/ano)	Qtde. a ser licitada (postos de serviço mensal)	Memória de cálculo da qtde. a ser licitada
25	Aux. manut. geral (temp)	4	48	4 x 12 = 48, o que equivale a 4 posto(s) durante 12 meses.
26	Aux. refrigeração (temp)	4	48	4 x 12 = 48, o que equivale a 4 posto(s) durante 12 meses.
27	Eletricista (temp)	1	12	1 x 12 = 12, o que equivale a 1 posto(s) durante 12 meses.
28	Eletricista redes (temp)	1	12	1 x 12 = 12, o que equivale a 1 posto(s) durante 12 meses.
29	Mec. Refrigeração III (temp)	4	48	4 x 12 = 48, o que equivale a 4 posto(s) durante 12 meses.
30	Pedreiro (temp)	2	24	2 x 12 = 24, o que equivale a 2 posto(s) durante 12 meses.
31	Pintor (temp)	3	36	3 x 12 = 36, o que equivale a 3 posto(s) durante 12 meses.
32	Serralheiro (temp)	2	24	2 x 12 = 24, o que equivale a 2 posto(s) durante 12 meses.
33	Servente de obras (temp)	2	24	2 x 12 = 24, o que equivale a 2 posto(s) durante 12 meses.

Fonte: Elaboração própria

Insumos a serem fornecidos

7.5. As quantidades de insumos a serem fornecidos foram obtidas a partir da demanda do campus e em função da quantidade de postos.

7.5.1. A relação de uniformes, calçado e crachá (kit básico), com as quantidades por prestador e por posto, será demonstrada no

Termo Referência.

7.5.2. As listas exemplificativas dos demais insumos, cujo fornecimento será sob demanda, serão demonstradas no termo de referência.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.192.638,00

8.1. A estimativa do valor total (anual) da contratação é de R\$ 4.192.638,00 (quatro milhões e cento e noventa e dois mil e seiscentos e trinta e oito reais), conforme demonstrado no Anexo I deste ETP.

8.1.1. A estimativa do valor a ser contratado considera o fornecimento de insumos no início do contrato (uniformes, calçado e crachá) e daqueles que serão fornecidos sob demanda (materiais, EPIS/EPCs e equipamentos). Assim, a análise do valor estimado de cada item deve levar em consideração o fator K, indicador utilizado pela CGU aplicável a serviços terceirizados (<https://auditoria.cgu.gov.br/download/11575.pdf>). A referida análise feita pela Administração está demonstrada no Anexo IV do ETP.

8.1.2. As planilhas de custos e formação de preços (PCFPs) e outras planilhas, bem como as memórias de cálculos e outros dos necessários para o cálculo do valor dos serviços, serão demonstrados em alguns dos apêndices do Termo de Referência.

8.2. As estimativas de preços dos postos foram obtidas a partir do preenchimento das planilhas de custos e formação de preços, com base no salário-mínimo e na tarifa de transporte público vigentes e na quantidade de passagens/mês, bem como em percentuais relativos a tributos, contribuições, encargos trabalhistas e outros.

8.2.1. Foi(ram) considerada(s) a(s) convenção(ões) e/ou acordo(s) coletiva(s) de trabalho vigente(s) para a(s) categoria(s) profissional(is) envolvida(s) na prestação dos serviços.

8.2.2. Todos os dados considerados para o preenchimento da planilha de custos serão demonstrados em um dos apêndices do termo de referência.

8.3. As estimativas dos preços dos insumos que compõem o kit básico (uniformes, calçado e crachá) correspondem a média aritmética simples de preços constantes em bancos de dados públicos.

8.3.1. A pesquisa de preços foi feita utilizando-se como parâmetro contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços (art. 5º, II da IN SEGES/ME nº 65/2021), uma vez que este é um dos parâmetros que devem ser priorizados em pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (art. 5º, § 1º da referida norma).

8.3.2. Os relatórios com os preços coletados e com a análise da pesquisa de preços serão anexados ao processo.

8.4. As estimativas dos custos dos insumos sob demanda correspondem aos gastos estimados na contratação anterior (agosto de 2021), corrigidos pelo IPCA/IBGE acumulado até o mês anterior à data de conclusão deste ETP (março de 2024), que é o último índice divulgado no site Calculadora do Cidadão (<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>), por preços obtidos na tabela SINAPI (dezembro de 2023, não desonerado) e em sites especializados ou do fabricante. A exceção são os custos dos insumos sob demanda para a função Auxiliar de manutenção em geral/Gesseiro, pois a função Gesseiro não constava na contratação anterior. Assim, os custos dos insumos sob demanda desta função têm como base a média aritmética dos preços obtidos na internet.

8.4.1. No Anexo II deste ETP, consta uma tabela comparativa com os insumos nesta contratação e nas anteriores, a saber: pregões nº 6/2023 (para a função de auxiliar de saúde bucal) e 1/2021 (para as demais funções a serem contratadas que estão incluídas neste pregão).

8.5. A metodologia para se obter as estimativas dos preços dos postos (por meio do preenchimento da PCFP) e dos insumos (por meio de valores oficiais de referência, obtido no SINAPI, e outros) está em consonância com o Instrumento de Padronização dos Procedimentos da Contratação (p. 64), elaborado pela Advocacia-Geral da União e pelo Ministério da Gestão e na Inovação em Serviços Públicos.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Optou-se pelo não parcelamento da solução (adjudicação por grupo de itens), tendo em vista a obrigatoriedade de integração entre os serviços a serem contratados e o ganho de economia em escala.

9.1.1. Obrigatoriedade de integração entre os serviços a serem contratados: Como os serviços referem-se a um único objeto, a integração entre eles é necessária, sob pena de prejudicar a execução contratual. Por exemplo, no atendimento de um chamado, podem ser necessários os serviços de prestadores com funções distintas.

9.1.2. Ganho de economia em escala: O não parcelamento da solução também proporciona um ganho de economia em escala em relação aos custos indiretos e lucro. Por exemplo, a prestação dos serviços por uma única empresa implica na necessidade de um único preposto para todos os serviços a serem contratados.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Para a execução do serviço que se pretende contratar, não são necessárias outras contratações correlatas e/ou interdependentes, considerando a solução escolhida no item 5 deste Estudo.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação está contemplada no Plano Anual de Contratações. O detalhamento será demonstrado no item 2.2 do Termo de Referência.

11.1.1. Quanto ao plano diretor de logística sustentável, não é possível certificar o alinhamento, uma vez que este documento está em fase elaboração.

11.2. A contratação também está contemplada no planejamento do órgão, conforme a seguir:

11.2.1. Etapa: Execução dos contratos continuados com locação de mão-de-obra.

11.2.2. Atividade: Contratação de empresa para fornecimento de mão-de-obra visando serviços de Manutenção Predial.

11.3. Esta contratação também está abrangida pelo planejamento estratégico do IFRN, conforme Plano de Desenvolvimento Institucional IFRN 2019-2026, edição revisada 2023 (https://portal.ifrn.edu.br/documents/2640/PDI_2019_2026_-_1ª_Revisão_2023.pdf), uma vez que está inserida no escopo dos seguintes projetos estratégicos:

Tabela 9 – Projetos estratégicos que abrangem esta contratação

Projetos estratégicos	Área responsável
Otimização dos gastos com contratos continuados	PROAD
Planos de inspeção e manutenção preventiva das unidades	DIENG
Projeto Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito por tipo de oferta	PROEN
Diagnóstico da permanência e êxito dos alunos assistidos	DIGAE
Otimização dos recursos do programa de alimentação (PNAES e PNAE)	DIGAE

Fonte: Elaboração própria.

11.4. A contratação ainda está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, uma vez que visa a manutenção das atividades acadêmicas e administrativas do campus sendo, portanto, custeadas com recursos previstos na LOA:

11.4.1. Programa 5012 - Educação Profissional e Tecnológica;

11.4.2. Ação 20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Espera-se com esta nova contratação no mínimo os seguintes resultados:

12.1.1. Atender aos preceitos legais vigentes;

12.1.2. Garantir uma boa execução contratual, como base nos princípios de eficiência e sustentabilidade;

12.1.3. Prover os serviços de qualidade satisfatória, necessários à manutenção predial do campus, ao funcionamento de seu refeitório e copas, como também à manutenção da sua rede lógica, à limpeza e conservação de sua frota de veículos e de sua área verde, ao apoio administrativo à gestão de seu estoque de materiais e ainda ao apoio técnico ao consultório odontológico.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. A contratante deverá assegurar-se que os servidores que atuarão como fiscais e gestores do contrato a ser celebrados possuem a capacitação mínima necessária e que tomaram conhecimento do teor dos documentos produzidos no planejamento da contratação.

13.2. A contratante deverá realizar reuniões, envolvendo os representantes da contratada e os fiscais e gestores de contrato, para tratar das condições mínimas exigidas para o início do contrato.

13.3. A contratante deverá disponibilizar:

- 13.3.1. Um local adequado para que os prestadores de serviço realizem refeições;
- 13.3.2. Um depósito para armazenamento dos insumos fornecidos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

- 14.1. O único impacto ambiental visualizado para esta contratação é a geração de resíduos sólidos. Para mitigar este impacto, serão adotadas práticas de sustentabilidade, como por exemplo a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos produzidos em virtude da prestação dos serviços que compõem o objeto desta contratação.
- 14.1.1.1. Estas práticas serão transcritas no Termo de Referência.

15. Outras justificativas e observações

- 15.1. As justificativas para as exigências de qualificação do Contratado (experiência mínima, escritório etc), bem como para as vedações de participação na licitação, a escolha da conta vinculada e outros aspectos da contratação são apresentadas a seguir:

Exigências de qualificação técnica

- 15.1.1. Foram feitas as seguintes exigências de qualificação técnica, tomando como base o sugerido pelo Termo de Referência de Contratação de Serviços com mão de obra – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico, Atualização: dezembro/2023, conforme justificativas a seguir:

15.1.1.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação: Esta exigência visa resguardar o Contratante, caso a Contratada alegue desconhecimento de todas informações necessárias para a execução do objeto. Vale destacar que a declaração falsa é uma das infrações pela qual o licitante ou contratado pode ser responsabilizado administrativamente (art. 155, VIII da Lei nº 14.133/2021).

15.1.1.2. Termo de compromisso de que apresentará, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias úteis contados a partir da vigência do contrato, certificado de registro no Sistema de Registro de Empresa de trabalho temporário (SIRETT), do Ministério da Economia e manterá, até o final da vigência do contrato, a sua regularidade neste sistema: Tal exigência justifica-se pelo fato de o registro no referido sistema ser obrigatório, de acordo com o art. 4º da Lei 6.019, de 3 de janeiro de 1974. Vale destacar que tal exigência constava nos dois últimos pregões, em que foram contratados postos temporários, a saber: pregão nº 01/2021 e pregão nº 02/2023.

Exigências de qualificação técnico-operacional

- 15.1.2. As exigências de qualificação técnico-operacional têm como base o sugerido pelo Termo de Referência de Contratação de Serviços com mão de obra – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico, Atualização: dezembro/2023, a equipe de planejamento entendeu como adequado ao objeto. As exigências técnico-operacionais e suas justificativas são as seguintes:

15.1.2.1. Experiência mínima de 2 anos: Optou-se por este período pois corresponde à vigência inicial de um contrato que é geralmente de 12 meses, mais uma prorrogação por igual período. Esta exigência visa dificultar a participação de empresas “aventureiras” que vencem a licitação e depois abandonam o contrato. Ressaltamos que as exigências da qualificação técnica e técnico-operacional estão alinhadas a IN 05/2017, anexo VII, item 10.6, C.1 e item 10.7. A necessidade de exigir a comprovação de experiência mínima foi recomendada pelo Acórdão nº 1214/2013-Plenário/TCU, mais especificamente nos pontos 121 a 124. O referido Acórdão recomendou que esta experiência fosse de no mínimo 3 anos. Contudo, visando ampliar a competitividade nesta licitação, será exigida a comprovação de no mínimo 2 anos de experiência. Vale destacar ainda que nos últimos pregões de terceirização do campus foi exigida tal experiência, a saber: pregão nº 01/2021, pregão SRP nº 04/2022, pregão nº 05/2022, pregão nº 06/2022 e pregão SRP nº 02/2023.

15.1.2.2. Escritório local ou em um raio máximo de até 50km: Tal exigência visa garantir uma boa execução contratual, no tocante ao pronto atendimento no caso de aplicação de advertências aos seus empregados, substituição de insumos rejeitados, atendimento em caso de eventual necessidade de resolução de questões trabalhistas perante o sindicato ou a Justiça Trabalhista, entre outros assuntos. Vale destacar que a exigência da instalação deste escritório é recomendada nos itens 104 e 105 do Acórdão nº 1214/2023-Plenário/TCU.

15.1.2.3. Atestados referentes a serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, em postos de trabalho tradicional (não temporário): Esta exigência de atestados com esta característica (a saber: referentes a serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, em postos de trabalho tradicional) visa estabelecer o parâmetro para aferir a equivalência de complexidade tecnológica e operacional do serviço cuja execução foi atestada. Acontece que os postos de trabalho tradicional representam a maior parte do objeto a ser contratado. Portanto, a exigência de atestados referentes apenas a postos de trabalho tradicionais está em consonância

com o art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. Outro ponto a considerar é que, no serviço público, uma parte significativa dos contratos está relacionada aos postos tradicionais. Assim, a não exigência de atestados com postos temporários amplia a competitividade, uma vez que um maior número de empresas pode cumprir este critério de habilitação.

Exigência de qualificação econômico-financeira

15.1.3. Quanto à qualificação econômico-financeira foi utilizado o sugerido pelo Termo de Referência de Contratação de Serviços com mão de obra – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico, Atualização: dezembro/2023, a equipe de planejamento entendeu como adequado ao objeto.

Escolha da Conta-depósito vinculada

15.1.4. A escolha da conta-depósito vinculada para o tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte da contratada se dá pelo fato deste modelo já ter sido implementado no IFRN, sendo utilizado em outros contratos dos campi participantes, inclusive os vigentes. Além disso, os servidores já estão capacitados em relação a este modelo de controle interno e o seu fluxo de processos já está consolidado nesta instituição, não necessitando que esta incorra em custos relativos à implementação de um novo modelo.

15.1.4.1. Por outro lado, o Pagamento pelo Fato Gerador não possui uma boa relação custo-benefício. Primeiramente, pelo fato de os servidores não estarem capacitados para operacionalização deste modelo e os campi possuem número reduzido de servidores. Ademais, os custos envolvidos na operacionalização do modelo do pagamento pelo fato gerador são superiores ao da conta vinculada. Neste sentido, Lorena Mendes, pesquisadora na área, afirma que:

Quanto ao pagamento pelo fato gerador, não existem experiências organizacionais suficientes para concluir sobre sua vantajosidade, mas, pela leitura dos procedimentos publicados, a novidade pode representar custos ainda maiores para a Administração Pública, uma vez que exige o controle sistemático de várias ocorrências futuras e incertas (ex.: licenças maternidade e paternidade, ausência por acidente de trabalho, auxílio-doença e outras ausências legais). (Fonte: <https://gestgov.discourse.group/t/entrevista-sobre-conta-vinculada-lorena-mendes/11771>)

15.1.4.2. Considerando que o modelo da Conta-depósito Vinculada tem um custo de operacionalização menor que o do Pagamento por Fato Gerador, é possível assegurar a tutela de todos os valores provisionados para o pagamento de encargos trabalhistas através de mecanismos complementares ao da Conta-depósito Vinculada como, por exemplo, a não renovação automática destes valores, quando for realizada cada prorrogação contratual. Este mecanismo condiciona que, a cada prorrogação contratual, a renovação do custo provisionado para licença-maternidade, por exemplo, se dará apenas mediante comprovação, por parte da contratada, de que incorreu naquele custo no período a que se refere a última prorrogação.

15.1.4.3. Uma tabela comparativa entre o pagamento comparativa entre a conta-depósito vinculada e o pagamento pelo fato gerador, com observações desta equipe de planejamento, está demonstrada no Anexo III deste ETP.

15.1.4.4. Diante do que foi exposto, a adoção do modelo da Conta-depósito Vinculada se torna mais viável do que o do Pagamento pelo Fato Gerador.

Vedação à participação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs

15.1.5. A vedação à participação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs decorre da incompatibilidade desta natureza jurídica com os serviços a serem contratados e o regime de contratação, conforme jurisprudência do TCU (Acórdãos 746/2014, 1.406/2017 e 2.847/2019, todos do Plenário desta Corte de Contas). Como exemplo, transcrevemos a seguir um trecho do Acórdão 746/2014-Plenário/TCU:

25. Desse modo, como bem ponderado pelo então Ministro Marcos Vileça, permitir que as OSCIP participem de licitações desvirtuaria o objetivo primordial para o qual foram criadas, qual seja, estabelecer cooperação com o Poder Público mediante a celebração do Termo de Parceria.

[...]

28. Tal relação possui natureza de colaboração, diversa, portanto, do caráter comercial que existe na atuação de uma entidade que licita com o Poder Público, caráter esse, frise-se, que o legislador, embora não tenha vedado expressamente, não teve por desiderato ao editar a Lei n. 9.790/1999.

[...]

29. Outro ponto que não pode ser negligenciado no presente estudo, e que foi abordado pela unidade instrutiva, diz respeito ao fato de as OSCIP, por assim terem se qualificado, serem privilegiadas com isenção de impostos, o que, em tese, as coloca em posição de vantagem com as demais empresas na participação de licitações.

[...]

31. Diante de tal fato, é evidente que as OSCIP, quando participantes de torneios licitatórios, teriam condições de ofertar um preço menor que o de seus concorrentes, beneficiando-se de uma isenção não concedida para que elas atuassem em regime de contratação com o Poder Público.

32. Desse modo, estar-se-ia desvirtuando a benesse fiscal concedida às OSCIP para atuarem como parceiras do Estado mediante a celebração do Termo de Parceria nos moldes delineados na Lei n. 9.790/1999.

33. De forma conclusiva, portanto, entendo, em anuência com [as unidades técnicas do TCU], que este Tribunal deve firmar entendimento sobre a impossibilidade de as OSCIP, atuando nessa condição, participarem de licitações da Administração Pública Federal.

Vedação à participação de cooperativas de trabalho

15.1.6. A vedação à participação de cooperativas nesta contratação justifica-se tendo em vista que a natureza dos serviços a serem contratados demanda execução em estado de subordinação em relação ao fornecedor dos serviços.

15.1.6.1. Tal entendimento está amparado no art. 5º da Lei nº 12.690/2012, na Súmula 281 do TCU, no art. 1º da IN nº 98/2022, no art. 10 da IN nº 5/2017-SEGES/MPDG e no Termo de Conciliação firmado entre o MPT e a União em 05 de junho de 2003 e homologado nos autos da Ação Civil Pública proposta perante a 20ª Vara do Trabalho de Brasília (Processo 01082-2002-020-10-00-00).

15.1.6.2. Pelo motivo elencado, os serviços só poderão ser fornecidos por empresas prestadoras de serviços, não sendo admitido o seu fornecimento por cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais.

15.1.6.3. Destacamos que esta vedação se refere às cooperativas de trabalho e não às sociedades cooperativas (também conhecidas como cooperativas, nos termos da Lei nº 5.764/71). Isto posto, cabe aqui fazer a distinção entre estas duas naturezas jurídicas. A Lei nº 12.690/2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho, estabelece em seu art. 1º que estas serão reguladas pela referida Lei e, “no que com ela não colidir, pelas Leis nºs 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 -Código Civil”. Portanto, considerando que a Lei 5.764/1971, citada neste artigo, instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas, depreende-se que as cooperativas de trabalho são um tipo de sociedade cooperativa. Assim, a vedação à participação de cooperativas de trabalho (um dos tipos de sociedade cooperativa), pelo motivo já abordado, não representa vedação à participação de sociedades cooperativas.

Vedação à participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcios

15.1.7. A vedação à participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcios justifica-se pelo não parcelamento da solução, conforme justificado no item 9 deste ETP, devendo o objeto ser executado por uma única empresa.

Vedação à participação de pessoas físicas e de microempreendedores individuais - MEI's

15.1.8. A vedação à participação de pessoas físicas e de microempreendedores individuais (MEI's) deve-se ao valor anual estimado para a contratação e a quantidade de pessoas envolvidas na prestação dos serviços.

Exigência de critérios relativos à Segurança de Trabalho como um dos requisitos da contratação

15.1.9. A exigência de que a Contratada deverá cumprir as disposições relativas à Saúde e Segurança do Trabalho está respaldada nos art. 157 e 158 da CLT e no art. 5º-A, § 3º da Lei nº 6.019/74. Além disso, o Contratante adota normas internas de segurança, através de um Manual de Procedimentos de Segurança do Trabalho para Prestadores de Serviços, de elaboração própria.

Exigência de carga-horária mínima do preposto da Contratada nas dependências da Contratante

15.1.10. A exigência de carga-horária mínima para o preposto tem como fundamento o art. 118 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que o contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. Foi estabelecida esta carga-horária mínima, com vistas a assegurar que o preposto sempre se faça presente no local da prestação de serviços, orientando os trabalhadores envolvidos nesta. De acordo com Carlos Wellington Leite de Almeida, em um artigo publicado na Revista do TCU (<https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/342/387>), o preposto tem a responsabilidade de orientar a conduta dos terceirizados, uma vez que os integrantes do órgão ou entidade contratante devem abster-se de fazê-lo, para que não fique caracterizado o vínculo de subordinação. Destacamos que esta carga-horária foi exigida nas duas últimas contratações deste objeto.

Exigência de carga-horária mínima do técnico de segurança do trabalho da Contratada nas dependências da Contratante

15.1.11. A exigência de carga-horária mínima para o técnico de segurança do trabalho visa mitigar o risco de ocorrência de acidente de trabalho, através de ações de competência deste profissional como o planejamento e o acompanhamento das atividades, a realização de treinamentos, a fiscalização do uso dos EPI/EPCs e o cumprimento das normas trabalhistas relativas a Saúde e Segurança do Trabalho, por parte dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços. Tal exigência está em consonância com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que o contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato. Ademais, de acordo com a NR-4, a empresa deve constituir Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), responsável por avaliar os fatores de riscos e implementar as medidas de prevenção nos locais de trabalho de seus empregados, além de responsabilizar-se tecnicamente pela orientação quanto ao cumprimento do disposto nas normas de segurança do trabalho.

15.1.11.1. A exigência desta carga-horária baseia-se na experiência na contratação anterior deste objeto, na qual não foi exigida a presença deste profissional, mas durante a execução do contrato percebeu-se que esta é importante para a segurança dos trabalhadores envolvidos. Vale destacar que na última contratação ocorreram 4 acidentes de trabalho, além de várias situações de riscos com inadequações de segurança na execução dos serviços, o que reforça a necessidade da Contratada acompanhar a execução do contrato, com o auxílio de profissionais da área de Saúde e Segurança do Trabalho.

Indicação para o controle da frequência dos trabalhadores por meio de sistema informatizado

15.1.12. Foi indicado que o controle da frequência dos trabalhadores seja feito, preferencialmente, por meio de sistema informatizado, uma vez que esta tecnologia facilita o acompanhamento desta frequência, por toda a equipe de fiscais (técnicos e administrativo), através da geração de relatórios e gráficos e do acesso multi-usuário, por exemplo.

Escolha da taxa Selic para atualização de valores em caso de atraso de pagamento ao Contratado

15.1.13. Para atualização de valores em caso de atraso de pagamento ao Contratado, optou-se pela taxa Selic. Conforme consulta na internet (<https://sicalc.receita.economia.gov.br/sicalc/glossario>), a Selic é a taxa utilizada pelo Sicalc (Sistema de Cálculo de Acréscimos Legais), da Receita Federal, para cálculo dos juros de mora devidos pelo atraso no pagamento de um tributo.

Viabilidade jurídica da terceirização

15.1.14. A viabilidade jurídica da terceirização deste serviço é evidenciada pelos seguintes pontos:

15.1.14.1. As funções dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços são equivalentes ou compatíveis a cargos extintos no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE ou para os quais foi vedada a realização de novos concursos (em decorrência da Lei nº 9.632/1998 e pelos Decretos nº 9.262/2018 e 10.185/2019).

15.1.14.2. Não se aplicam ao presente caso as outras vedações de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal, contidas nos incisos do art. 3º, caput e no §1º do Decreto nº 9.507/2018 e nos arts. 7º, §1º, e 8º da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

15.1.14.3. O objeto que se pretende contratar se refere a atividades auxiliares, instrumentais, acessórias ou de apoio administrativo, as quais poderão ser objeto de execução por terceiros, conforme art. 48 da Lei nº 14.133/2021.

15.1.14.4. Ademais, as atividades a serem contratadas estão contempladas dentre os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, elencados pela portaria nº 443/2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

15.1.14.5. A situação das atividades a serem contratadas no PCCTAE (plano de carreira aplicável ao IFRN) e a relação com as áreas elencadas pela portaria nº 443/2018 do MPDG está demonstrada no Anexo IV deste ETP.

Não utilização de catálogo eletrônico de padronização

15.1.15. Não foi utilizado o catálogo eletrônico de padronização, pois os itens a serem contratados ainda não foram padronizados pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

15.1.15.1. Contudo, em observância do princípio da padronização, foram utilizados os CATSER e a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Atendimento ao princípio da segregação de funções

15.1.16. Em atendimento ao princípio da segregação de funções (art. 7º, § 1º da Lei nº 14.133/2021 e art. 14, § 2º do Decreto nº 11.246/2022), nenhum dos servidores que elaboraram este estudo técnico preliminar e outros documentos do planejamento da contratação, com exceção do edital, poderá atuar como pregoeiro nesta mesma contratação.

Percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica

15.1.17. Em atendimento ao art. 3º do Decreto nº 11.430/2023, considerando que o quantitativo de colaboradores a ser contratado é superior a 25, pelo menos 8% do total de colaboradores envolvidos na execução deste objeto será constituído por mulheres vítimas da violência doméstica.

15.1.17.1. Sugerimos que o edital preveja o emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, em percentual mínimo de oito por cento das vagas, em atendimento ao referido dispositivo.

15.1.17.2. O fluxograma para implementação do Decreto nº 11.430/2023 consta em caderno de logística publicado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que trata sobre este assunto.

Vedação à fixação de quantitativos ou valores mínimos para custos variáveis decorrentes de eventos futuros e imprevisíveis

15.1.18. Os quantitativos e os valores incluídos no submódulo 2.3 da Planilha de Custos e Formação de Preços (Benefícios mensais e diários) representam estimativas, ficando a contratada com a responsabilidade de prover o quantitativo que for necessário, conforme dispõe o art. 63 da IN SEGES/MPDG 5/2017. Sendo assim, foi incluído no referido submódulo a seguinte nota:

Nota 3: Por se tratar de custos variáveis decorrentes de eventos futuros e imprevisíveis (tais como o quantitativo de vale-transporte a ser fornecidos), os quantitativos e valores representam estimativas, ficando a contratada com a responsabilidade de prover o quantitativo que for necessário, conforme dispõe o art. 63 da IN SEGES/MPDG 5/2017.

Vedação à cotação, na planilha de custos e formação de preços (PCFP), de benefícios que onerem apenas a Administração Pública

15.1.19. Não deverão ser cotados, na planilha de custos e formação de preços (PCFP), benefícios que onerem apenas a Administração Pública, conforme vedação expressa no art. 6º, parágrafo único da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

15.1.19.1. Sugerimos que o edital preveja tal vedação.

15.1.19.2. Ressaltamos que não foram identificadas, dentre os benefícios concedidos nas convenções/acordos coletivos que estão sendo considerados, disposições que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, observando assim a vedação contida no art. 6º, parágrafo único da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

15.1.19.2.1. Esclarecemos que o parágrafo terceiro da cláusula décima sétima (auxílio saúde) refere-se exclusivamente a “contratos de prestação de serviço vigentes”, nos quais não foi possível incluir o custo relativo ao auxílio-saúde, não representando, assim, uma obrigação relativa apenas a contratos com a Administração Pública.

Vedação à cotação, na planilha de custos e formação de preços (PCFP), de rubricas não admitidas

15.1.20. Também não deverão ser cotadas, na planilha de custos e formação de preços (PCFP), as seguintes rubricas, cuja cotação é vedada, conforme alerta o PARECER n. 00341/2021/NLC/ETRLIC/PGF/AGU, cujo trecho está transcrito a seguir: 62. Note que, para além desses casos, é indevida a inclusão na planilha de Custos e Formação de Preços, pelos motivos que se seguem, os seguintes itens/rubricas:

- a. item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 6º, parágrafo único, da IN SEGES/MP n.º 5/2017); [já abordado no item 15.1.15 deste Parecer]
- b. rubricas que prevejam o custeio de despesas com treinamento, reciclagem e capacitação ou congêneres, pois tais parcelas já são cobertas pelas despesas administrativas (Acórdão TCU nº 2.746/2015 - Plenário);
- c. rubrica denominada “reserva técnica”, exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da planilha (Acórdãos TCU nº 2.746/2015 – Plenário, nº 64/2010 - 2ª Câmara e nº 953/2016 - Plenário);
- d. rubrica para pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, pois não se consubstanciam em despesa indireta passível de inclusão na taxa de Bonificações e Despesas Indiretas - BDI do orçamento base da licitação, haja vista a natureza direta e personalística desses tributos, que oneram pessoalmente o contratado (Súmula TCU nº 254/2010);
- e. rubrica denominada “verba” ou “verba provisional”, pois o item não está vinculado a qualquer contraprestação mensurável (Acórdãos TCU nº 1.949/2007 – Plenário e nº 6.439/2011 – 1ª Câmara).

15.1.20.1. Sugerimos que o edital preveja as vedações acima.

Pagamento de custos relativos a benefícios, condicionado à comprovação da quitação destes por parte da empresa

15.1.21. O pagamento de custos relativos a benefícios concedidos aos trabalhadores será condicionado à comprovação de quitação destes por parte da empresa.

15.1.21.1. O contrato deverá condicionar o pagamento destes custos à comprovação de sua quitação por parte da Contratante.

Alinhamento ao Plano de Manutenção Predial Preventiva e Corretiva do IFRN

15.1.22. Em atendimento ao Acórdão TCU nº 2573/2019-Plenário, os serviços prestados pelas funções demandadas pela CASEM/CNAT, por serem relacionados à manutenção predial, deverão seguir o disposto no Plano de Manutenção Predial Preventiva e Corretiva do IFRN, de setembro de 2023.

Acúmulo de funções em alguns postos

15.1.23. Optou-se por contratar alguns postos com acúmulo de função, por questões técnicas e econômicas e com fundamentação legal e jurisprudencial.

15.1.23.1. Os postos em que ocorrerá acúmulo de função são os seguintes:

15.1.23.1.1. Auxiliar de manutenção geral (CBO 5143-10), desempenhando também a função secundária de Instalador de forro PVC/Gesseiro (CBO 7164-05);

15.1.23.1.2. Jardineiro (CBO 6220-10), desempenhando também a função secundária de Tratorista (CBO 6420-15);

15.1.23.1.3. Auxiliar de manutenção geral (CBO 5143-10), desempenhando também a função secundária de Lavador de veículos (CBO 5199-35);

15.1.23.1.4. Auxiliar de manutenção geral (CBO 5143-10), desempenhando também a função secundária de Piscineiro (CBO 5143-30), desempenhando também a função secundária de Auxiliar de manutenção geral (CBO 5143-10);

15.1.23.1.5. Armazenista (CBO 4141-10), desempenhando também a função secundária de Auxiliar de logística (CBO 4141-40).

15.1.23.2. O acúmulo de função nestes postos foi a solução encontrada pela Administração para inserir no contrato alguns serviços (instalação de forro PVC, serviços com gesso e condução de trator) para os quais existe demanda habitual, mas que não é suficiente para justificar a contratação destes serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra. Tal solução também visa minimizar uma eventual ociosidade de algumas funções (lavador de veículos e piscineiro), atualmente contratadas, incluindo entre suas atribuições as atividades relativas a outra função (auxiliar de manutenção em geral), atendendo a demanda por esta função, sem a necessidade de contratar outros postos para a mesma. Assim, tal solução proporciona uma racionalização dos custos com este contrato e uma maior eficiência no uso dos recursos públicos.

15.1.23.3. As funções a serem desempenhadas por estes postos, assim como as dos demais, constarão do termo de referência, o qual deverá ser de conhecimento da empresa a ser contratada. Por conseguinte, os trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços que se pretende contratar deverão ser admitidos pela empresa contratada, cientes das funções que serão desempenhadas. Assim, o exercício de duas funções em um mesmo posto encontra respaldo na CLT, uma vez que “a falta de prova ou inexistindo cláusula expressa e tal respeito, entender-se-á que o empregado se obrigou a todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal” (parágrafo único do art. 456 da CLT).

15.1.23.4. Este entendimento está em consonância com o de juristas, como Pedro Paulo Teixeira Manus, ministro aposentado do Tribunal Superior do Trabalho, professor e diretor da Faculdade de Direito da PUC-SP. Em um texto divulgado no site Consultor Jurídico (<https://www.conjur.com.br/2020-jun-26/reflexoes-trabalhistas-exercicio-funcao-forca-contrato-trabalho>),

após fazer menção ao parágrafo único do art. 456 da CLT, ele afirma que “isso significa que em princípio não é ilícita a exigência do empregador para que o empregado desempenhe mais de uma função, quando de sua admissão”.

15.1.23.5. Para compensar o trabalhador pelo exercício de outra função, além da sua função original, será paga ao mesmo uma gratificação. Esta gratificação é prevista em algumas convenções coletivas de trabalho (CCTs), vigentes no estado do Rio Grande do Norte, a saber:

15.1.23.5.1. RN000021/2022 (SINDPREST/RN x SINDRATEC/RN), disponível em: <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/Resumo/ResumoVisualizar?nrSolicitacao=MR003855/2022>;

15.1.23.5.2. RN000084/2022 (SIPCE/RN x SINDRATEC/RN e FENATEC), disponível em: <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/Resumo/ResumoVisualizar?NrSolicitacao=MR012921/2022>.

15.1.23.6. De acordo com a CCT RN000021/2022, utilizada no contrato de portaria e recepção,

Os empregados que venham a exercer cumulativa e habitualmente outra função, dentro de sua jornada de trabalho, farão jus à percepção de adicional correspondente a 20% (vinte por cento) do respectivo piso salarial contratual da função desempenhada. (RN000021/2022, Cláusula Oitava)

15.1.23.7. Destacamos que a CCT RN000035/2023, que está sendo considerada para a maioria das funções a serem contratadas, não consta nenhuma vedação ao acúmulo de funções, sendo considerada assim as disposições contidas na CLT e, com base no art. 8º desta, na jurisprudência.

15.1.23.8. Não obstante, vale destacar que acórdãos da Justiça de Trabalho têm reconhecido a necessidade de conceder um “plus” salarial ao trabalhador que acumula funções. Vale destacar que, na Justiça do Trabalho, acórdão consiste na análise de um processo por 3 juízes, chamados desembargadores, que entraram em uma espécie de acordo em relação à conclusão desta análise. Como exemplo, transcrevemos a seguir um trecho de um destes acórdãos:

O deferimento de um "plus" salarial decorre da necessidade de reequilibrar a relação entre as funções desempenhadas e a justa remuneração, por questões de isonomia (arts. 5º e 460 da CLT). A legislação trabalhista não prevê genericamente adicional por acúmulo de funções, o que atrai a aplicação do art. 8º, da CLT, permitindo ao magistrado fazer uso da analogia, para integrar a norma jurídica e impedir o "non liquet", ou, em outras palavras, a negativa da tutela jurisdicional (art. 5º, XXXV, da Constituição Federal). Para tanto, há no ramo trabalhista ao menos duas leis que prevêm o aludido adicional: a Lei nº 3.207/57, que estabelece o adicional de 10%, para as funções de inspeção ou fiscalização, quando cumuladas com a de vendedor; e a Lei nº 6.615/78, que fixa adicionais de 10, 20 e 40%, destinados aos radialistas que acumulam outras funções específicas, dentro de seu setor de trabalho. Vale destacar que há precedentes do C. TST, admitindo a aplicação da Lei nº 6.615/78 a quem não é radialista (TST RR - 216500-22.2003.5.12.0026, Relator Ministro: Carlos Alberto Reis de Paula, Data de Julgamento: 30/10/2006, 3ª Turma, Data de Publicação: DJ 24/11/2006), bem como desta d. Turma (TRT da 3.ª Região; Processo: 00146-2014-033-03-00-3 ROPS; Data de Publicação: 28/05/2014; Órgão Julgador: Primeira Turma; Relator: José Eduardo Resende Chaves Jr.). (TRT da 3ª Região; Processo: 0010103-39.2013.5.03.0087 ATOrd; Data de Publicação: 29/07/2015; Órgão Julgador: Primeira Turma; Rel. Desembargador Luiz Otávio Linhares Renault)

15.1.23.9. Lembramos que a jurisprudência do TST tem se consolidado no sentido de que o exercício de atividades compatíveis entre si não enseja o pagamento de adicional de acúmulo de funções. Como exemplo, citamos um acórdão de um processo que trata do acúmulo de funções de motorista e cobrador:

RECURSO DE REVISTA. ACÚMULO DE FUNÇÕES. MOTORISTA E COBRADOR. A jurisprudência deste Tribunal Superior vem se consolidando no sentido de que o recebimento de passagens é plenamente compatível com as atividades legalmente contratadas pelo motorista de transporte coletivo, não se justificando a percepção de adicional de acúmulo de funções, por se configurar atribuição compatível com a sua condição pessoal, nos moldes do art. 456, parágrafo único, da CLT. Recurso de revista conhecido e provido.” (ARR-10831- 12.2015.5.01.0202, Rel. Min. Dora Maria da Costa, 8ª Turma, DEJT 1/3/2019)

15.1.23.10. Como se pode perceber, o acórdão trata sobre a compatibilidade entre as duas funções citadas (motorista e cobrador). No caso das funções a serem acumuladas nesta contratação, julgamos como incompatíveis entre si, tendo em vista os respectivos códigos CBO.

15.1.23.11. Esclarecemos que a opção pelo pagamento do adicional calculado através de percentual, em vez do salário proporcional a quantidade horas trabalhadas em cada função, encontra respaldo nas CCT, que adotam aquela forma de cálculo. Ademais, a estipulação das horas para cada função pode gerar transtornos durante a execução do contrato, pois “engessa” a prestação dos serviços. Na prática, a carga-horária em uma função pode variar de uma semana para outra.

15.1.23.12. Finalmente, visando assegurar a legalidade da contratação, por meio do atendimento ao parágrafo único do art. 456 da CLT, o acúmulo de funções deverá ser anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do empregado, bem como na ficha ou no livro de registro do empregado. O registro na CTPS poderá ser feito com a função principal, observando-se na parte de anotações gerais que o empregado exerce simultaneamente outra função, devendo ser definido o adicional devido pelo acúmulo. Não obstante, a empresa contratada deverá cientificar o trabalhador a ser contratado que aquela vaga envolve o desempenho de duas funções. Outro requisito importante é que o acúmulo deverá ocorrer dentro da mesma jornada de trabalho (44 horas semanais), para não importar no pagamento de horas-extra.

15.1.23.13. Além das fontes citadas, foram consultados os seguintes sites:

15.1.23.13.1. <https://pontomais.com.br/blog/acumulo-de-funcao/#:~:text=O%20ac%C3%BAmulo%20de%20fun%C3%A7%C3%A3o%2C%20de,da%20pela%20qual%20foi%20contratado.>

15.1.23.13.2. <https://chcadvocacia.adv.br/5-fatos-sobre-acumulo-de-funcao-e-desvio-de-funcao/>

15.1.23.13.3. <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/como-identificar-o-acumulo-de-funcao-no-trabalho/858482610>

15.1.23.13.4. <https://rhestrategicoconsultoria.com.br/artigos/o-que-a-clt-diz-sobre-o-acumulo-de-funcao-no-trabalho/>

15.1.23.13.5. http://www.informanet.com.br/Proinfo/boletim/2012/trabalhista/acumulo_de_funcoes_06_2012.html

15.1.23.13.6. <https://www.alwacontabil.com.br/arquivos/capa.asp?infoid=2826>

16. Experiências de outros órgãos

16.1. Além da experiência em contratações anteriores do órgão, foram consideradas na elaboração do ETP e dos demais documentos do planejamento da contratação, as seguintes experiências de outros órgãos e a contribuição de um servidor do campus:

16.1.1. A maioria das atribuições comuns a estes e outros postos (a serem demonstradas em um dos apêndices do Termo de Referência) foram extraídas ou adaptadas de pregões do TCU.

16.1.2. Uma parte dos riscos, danos e ações (do Mapa de Risco) foram extraídas ou adaptadas do RCA – Riscos e Controles em Aquisições, disponível em <http://www.tcu.gov.br/arquivosrca/ManualOnLine.htm>.

16.1.3. Uma das ações (do Mapa de Riscos) foi adaptada de um post em um fórum sobre licitações e contratos. O post pode ser acessado através do link: <https://groups.google.com/g/nelca/c/k5olpeLtWnI/m/Z98FG5qbEAAJ>.

16.1.4. O risco relativo à ocorrência de acidente de trabalho foi construído com a ajuda de Gleydson de Oliveira Cavalcanti, engenheiro de segurança do trabalho, lotado no campus Natal-Central/IFRN.

16.1.5. A categorização dos insumos que serão fornecidos sob demanda e a metodologia de aplicação de desconto sob tabela referencial dinâmica foram adotadas com base na experiência de outro campus do IFRN, a saber o pregão nº 02/2022 - IFRN /SGA (154582).

16.1.6. A utilização de lista exemplificativa de insumos, em vez de lista exaustivas, é utilizada pelo IFSP (por exemplo: Pregão nº 90315/2024 UASG 158154 e Pregão nº 6330/2023 – UASG 158154) e é abordada em estudo do Ministério da Economia, intitulado “Projeto Revisão do Modelo de Contratação de Serviços de Limpeza” (<https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/2020/arquivo/pregao-01-2020-limpeza/8.pdf>), utilizado no pregão nº 1/2020 da Central de Compras (UASG 201057).

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALESSANDRA FORTES GABINO ARAUJO

integrante requisitante e técnico na equipe de planejamento

ANA CRISTINA GONDIM FILGUEIRA

integrante requisitante e técnico na equipe de planejamento

DIDEROT FRANCO SAMPAIO JUNIOR

integrante requisitante e técnico na equipe de planejamento

GLEYDSON DE OLIVEIRA CAVALCANTI

integrante técnico na equipe de planejamento

GUSTAVO MOURA CAVALCANTI

integrante requisitante e técnico na equipe de planejamento

HUMBERTO DANTAS DE OLIVEIRA JUNIOR

integrante administrativo e técnico na equipe de planejamento

JOSE HERIBERTO DE OLIVEIRA

integrante requisitante e técnico na equipe de planejamento

TANIA CARVALHO DA SILVA

integrante requisitante e técnico na equipe de planejamento

VANESSA PATRICIA QUEIROZ DE MEDEIROS

integrante requisitante e técnico na equipe de planejamento

Despacho: Aprovo o presente ETP.

JONAS EDUARDO GONZALEZ LEMOS

Autoridade competente

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Justificativa da Viabilidade

17.1. Considerando os aspectos abordados neste estudo preliminar, a contratação da solução mostra-se viável e razoável.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 01 Tabela orçamentária.pdf (203.49 KB)
- Anexo II - 02 Custos anuais com insumos.pdf (200.05 KB)
- Anexo III - 03 Tabela comparativa conta vinculada x pagamento pelo fato gerador.pdf (261.23 KB)
- Anexo IV - 04 Análise fator K.pdf (202.75 KB)
- Anexo V - 05 Situação das atividades no plano de carreira.pdf (199.14 KB)

Anexo I - 01 Tabela orçamentária.pdf

ANEXO I
Tabela orçamentária

Grupo	Item	CATSER	Descrição	Unid. fornec.	Qtde. [1]	Valor unit. (R\$) [2] [4]	Valor total (R\$) [3] [4]
	1	5380	Armazenista (CBO 4141-10), posto tradicional, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	12	4.368,70	52.424,40
	2	5380	Armazenista (CBO 4141-10), desempenhando também a função secundária de Auxiliar de logística (CBO 4141-40), posto tradicional, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	12	4.807,30	57.687,60
	3	25631	Assistente de operações audiovisuais (CBO 3731-45), posto tradicional, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	24	3.843,14	92.235,36
	4	22861	Auxiliar de cozinha (CBO 5135-05), posto tradicional, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	84	4.287,13	360.118,92
	5	25631	Auxiliar de manutenção em geral (CBO 5143-10), posto tradicional, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	12	4.376,56	52.518,72
	6	25631	Aux. manut. geral (CBO 5143-10), desempenhando também a função secundária de Gesseiro (CBO 7164-05), posto tradicional, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	12	5.513,88	66.166,56
	7	25631	Aux. manut. geral (CBO 5143-10), desempenhando também a função secundária de Lav. veículos (CBO 5199-35), posto tradicional, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	12	5.767,39	69.208,68
	8	25631	Aux. manut. geral (CBO 5143-10), desempenhando também a função secundária de Piscineiro (CBO 5143-30), posto tradicional, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	12	22.723,88	272.686,56

Grupo	Item	CATSER	Descrição	Unid. fornec.	Qtde. [1]	Valor unit. (R\$) [2] [4]	Valor total (R\$) [3] [4]
1	9	3492	Aux. refrigeração (CBO 9112-05), posto tradicional, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	36	9.433,02	339.588,72
	10	25046	Aux. saúde bucal (CBO 3224-15), posto tradicional, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	12	4.319,63	51.835,56
	11	22152	Bombeiro hidráulico (CBO 7241-10), posto tradicional, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	12	12.598,47	151.181,64
	12	14397	Copeiro (CBO 5134-25), posto tradicional, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	36	5.719,77	205.911,72
	13	19399	Cozinheiro (CBO 5132-05), posto tradicional, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	24	5.287,62	126.902,88
	14	14354	Eletricista (CBO 7156-10), posto tradicional, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	24	10.242,34	245.816,16
	15	27570	Eletricista de redes (CBO 7231-30), posto tradicional, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	12	5.646,68	67.760,16
	16	24325	Jardineiro (CBO 6220-10), posto tradicional, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	48	4.783,27	229.596,96
	17	24325	Jardineiro (CBO 6220-10), desempenhando também a função secundária de Tratorista (CBO 6420-15), posto tradicional, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	12	5.611,36	67.336,32
	18	16551	Marceneiro (CBO 7711-05), posto tradicional, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	12	9.018,30	108.219,60
	19	3492	Mec. Refrigeração III (CBO 9112-05), posto tradicional, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	36	12.717,07	457.814,52

Grupo	Item	CATSER	Descrição	Unid. fornec.	Qtde. [1]	Valor unit. (R\$) [2] [4]	Valor total (R\$) [3] [4]
	20	22160	Pedreiro (CBO 7152-10), posto tradicional, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	24	9.556,01	229.344,24
	21	19372	Pintor (CBO 7166-10), posto tradicional, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	24	9.484,88	227.637,12
	22	16829	Serralheiro (CBO 7244-40), posto tradicional, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	12	6.884,67	82.616,04
	23	25631	Servente de obras (CBO 7170-20), posto tradicional, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	24	3.903,72	93.689,28
	24	25623	Supervisor (CBO 4101-05), posto tradicional, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	12	4.995,93	59.951,16
	25	25631	Aux. manut. geral (CBO 5143-10), posto temporário, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	16	4.000,82	64.013,12
	26	3492	Aux. refrigeração (CBO 9112-05), posto temporário, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	16	4.039,01	64.624,16
	27	14354	Eletricista (CBO 7156-10), posto temporário, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	4	7.023,87	28.095,48
	28	27570	Eletricista redes (CBO 7231-30), posto temporário, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	4	4.445,60	17.782,40
	29	3492	Mec. Refrigeração III (CBO 9112-05), posto temporário, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	16	5.241,53	83.864,48
	30	22160	Pedreiro (CBO 7152-10), posto temporário, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	8	4.521,24	36.169,92
	31	19372	Pintor (CBO 7166-10), posto temporário, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	12	5.103,33	61.239,96

Grupo	Item	CATSER	Descrição	Unid. fornec.	Qtde. [1]	Valor unit. (R\$) [2] [4]	Valor total (R\$) [3] [4]
	32	16829	Serralheiro (CBO 7244-40), posto temporário, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	8	5.134,92	41.079,36
	33	25631	Servente de obras (CBO 7170-20), posto temporário, 44 horas semanais, posto de serviço mensal, contrato com vigência inicial de 12 meses.	Posto de serviço mensal	8	3.440,03	27.520,24
Total (R\$)							4.192.638,00

Notas explicativas:

[1] Refere-se à quantidade de postos de serviço mensal a ser contratada. Para o cálculo desta quantidade, considera-se o período de 12 meses. Por exemplo, no caso do posto de Armazenista (item 1), a quantidade mínima será 12 postos de serviço mensal, o que equivale a 1 postos durante 12 meses ($1 \times 12 = 12$). No caso do posto de Aux. refrigeração (temp) (item 26), a quantidade mínima será 16 postos de serviço mensal, o que equivale a 4 postos durante 4 meses ($4 \times 4 = 16$).

[2] Este é o valor mensal médio por posto.

[3] Estes são os valores totais mínimo e máximo, em um período de 12 meses, que é a vigência inicial do contrato.

[4] No cálculo destes valores foi considerado o fornecimento de insumos, inclusive sob demanda.

Anexo II - 02 Custos anuais com insumos.pdf

ANEXO II
Custos anuais dos insumos sob demanda nos últimos contratos e nesta contratação

Função	Materiais e EPis		Equipamentos	
	Valor anual estimado nos últimos contratos [1]	Valor anual estimado atualizado [2] [3]	Valor anual estimado nos últimos contratos [1]	Valor anual estimado atualizado [2] [3]
Armazenista	2.479,23	2.169,03	3.280,20	3.420,71
Armazenista / Auxiliar de logística	1.270,52	756,03	1.858,74	2.074,67
Assistente de operações audiovisuais	883,36	959,61	243,11	284,20
Auxiliar de cozinha	4.264,63	4.529,25	442,65	2.471,07
Auxiliar de manutenção em geral	1.090,61	1.301,55	0,00	0,00
Aux. manut. geral / Gesseiro	0,00	2.159,55	0,00	1.508,50
Aux. manut. geral / Lav. veículos	6.374,39	6.354,70	2.292,21	3.239,61
Aux. manut. geral / Piscineiro	122.768,49	182.101,16	2.674,75	2.443,58
Aux. refrigeração	0,00	43.993,27	0,00	9.152,18
Aux. saúde bucal	3.478,02	5.894,01	0,00	393,70
Bombeiro hidráulico	58.707,04	72.478,55	1.203,22	1.406,56
Copeiro	10.138,31	16.329,68	1.163,04	3.289,04
Cozinheiro	4.957,44	4.358,74	123,49	324,81
Eletricista	29.337,29	39.709,92	900,67	1.091,72
Eletricista de redes	6.151,74	6.854,07	1.248,25	1.498,04
Jardineiro	3.072,25	3.641,06	5.764,52	3.778,57
Jardineiro / Tratorista	2.945,94	3.641,06	5.764,52	2.937,33
Marceneiro	30.550,82	32.230,40	3.776,86	4.521,53
Mec. Refrigeração III	77.447,68	61.780,34	15.185,13	11.515,10
Pedreiro	39.698,89	41.731,43	1.441,35	6.944,23
Pintor	28.880,51	20.777,03	875,92	1.380,21
Serralheiro	11.827,87	13.227,05	1.193,55	1.395,26
Servente de obras	2.542,70	2.744,62	0,00	0,00
Supervisor	260,78	310,15	0,00	1.077,21
Total	365.917,76	491.241,98	45.921,36	55.350,92

Notas explicativas:

[1] Corresponde ao valor anual estimado nos pregões nº 6/2023 (para a função de auxiliar de saúde bucal) e 1/2021 (para as demais funções a serem contratadas que estão incluídas neste pregão), rateado pela quantidade de postos, licitados à época para cada função.

[2] Corresponde ao valor anual atualizado por posto. Este valor foi obtido a partir de uma lista exemplificativa de itens, cujos preços foram atualizados utilizando a inflação acumulada no período (utilizando como referência o IPCA/IBGE, de agosto de 2021 a março de 2024 e apenas para uma parte dos insumos relativos ao pregão nº 1/2021, de manutenção predial, copa/cozinha e outros serviços) e preços obtidos na tabela SINAPI (dezembro de 2023, não desonerado) e na

[3] As diferenças do valor atualizado em relação à última contratação em algumas funções devem-se ao fato de que as listas de insumos sofreram revisões. Por exemplo, citamos a redução dos custos de materiais e EPis da função de mecânico de refrigeração, tendo em vista que uma parte dos insumos incluídos na relação prevista na última contratação para esta função foram transportados para a função de auxiliar de refrigeração, visando reduzir os custos com insumos contabilizados na PCFP daquela função. Outro exemplo é o aumento dos custos com equipamentos para o auxiliar de cozinha, cuja lista é composta por um único equipamento. Na última contratação, este custo (R\$ 2.213,27) estava rateado pela quantidade de postos (R\$ 442,65, que equivale a R\$ 2.213,27 dividido por 5 postos) na contratação anterior. Nesta nova contratação o valor de um equipamento será o custo estimado per capita, sem qualquer rateio. Esta metodologia visa facilitar a gestão contratual, uma vez que o custo com os insumos de cada posto levará em consideração uma lista exemplificativa. Contudo, vale ressaltar que esta metodologia não implica necessariamente em aumento dos custos com os insumos, uma vez que os insumos serão fornecidos sob demanda, visando justamente a racionalização dos custos, adotando, por exemplo, o uso compartilhado de equipamentos, materiais e, se possível, EPis/EPCs.

Fonte: Elaboração própria

**Anexo III - 03 Tabela comparativa conta vinculada x
pagamento pelo fato gerador.pdf**

ANEXO III

Tabela comparativa entre a Conta-Depósito Vinculada e o Pagamento pelo Fato Gerador, com observações da equipe de planejamento da contratação

Pergunta [1]	Conta-Depósito Vinculada [1]	Pagamento pelo Fato Gerador - PFG [1]	Observação da Equipe de Planejamento [2]
Qual a base legal para os dois instrumentos?	IN nº 05/2017, art. 18, Anexo VII-B – Diretrizes específicas para elaboração do ato convocatório e Anexo XII - Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação;	IN nº 05/2017, art. 18, Anexo VII-B – Diretrizes específicas para elaboração do ato convocatório	
É possível escolher?	Sim, a opção é da instituição, desde que fundamentada no seu processo de aquisição, porém é obrigatória a adoção de um dos instrumentos;		
Como funcionam?	Determinadas rubricas são provisionadas através de recolhimento à uma conta-depósito onde os recursos ficam resguardados e somente serão liberados com expressa autorização do órgão contratante, mediante comprovação das despesas por parte da empresa;	A contratante se responsabiliza apenas pelo pagamento dos custos decorrentes de eventos efetivamente ocorridos e após a sua devida comprovação;	
Qual a diferença básica?	O saldo da Conta-Depósito Vinculada, após comprovação de quitação dos encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, pertence à empresa;	Inexiste saldo remanescente;	
Previsão em edital?	Sim	Sim	
Envolvimento de agência bancária?	Sim para a abertura e movimentação da Conta-Depósito Vinculada;	Não	Na cidade em que o órgão gerenciador está localizado, já está estabelecida uma agência (número 3795) do Banco do Brasil, especializada no Setor Público. É importante destacar que já temos outros contratos que movimentam conta-depósito vinculada nessa agência específica.

Pergunta [1]	Conta-Depósito Vinculada [1]	Pagamento pelo Fato Gerador - PFG [1]	Observação da Equipe de Planejamento [2]
Quais rubricas são envolvidas?	13º salário, férias e 1/3 de férias, multa sobre o FGTS e incidência do submódulo 2.2 sobre férias, 1/3 e 13º;	Férias, 1/3 de férias previsto na Constituição, 13º salários, ausências legais, verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de evento futuro e incerto, não serão parte integrante dos pagamentos mensais à contratada, devendo ser pagos pela Administração à contratada somente na ocorrência do seu fato gerador;	
Funcionamento mensal?	Os percentuais depositados na conta vinculada são bloqueados, não compondo o pagamento à empresa;	O recurso só nasce na ocorrência do direito e da devida comprovação;	A adoção do PFG implica em uma necessidade premente de intensificar ainda mais o acompanhamento na gestão contratual por parte da fiscalização administrativa, no sentido de verificar a ocorrência de cada fato gerador e documentá-la.
Como acontece o pagamento das rubricas envolvidas?	Solicitação prévia da empresa, à cada ocorrência do direito, conferência e autorização da Administração para a liberação do valor correspondente devido;	Pagamento dos direitos aos empregados, envio da comprovação para conferência e ressarcimento da Administração;	O pagamento baseado no Fator Gerador pode acarretar custos adicionais significativos para a Administração Pública, uma vez que demanda o controle minucioso de diversas situações futuras e imprevisíveis, como licenças maternidade e paternidade, ausências por acidentes de trabalho, auxílio-doença e outras ausências legais.
Risco de apropriação dos valores referentes aos direitos dos empregados?	Sim, possibilidade de bloqueio dos valores em caso de condenação da empresa contratada em algum processo trabalhista. Esse fato só muda quando tivermos contratos sob a regência da nova lei de licitações.	Não.	Considerando que o pregão será licitado conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021 (NLLC), é importante destacar que há um risco nulo associado à utilização da Conta Vinculada nesse contexto. Conforme disposto no Art. 121, § 4º, da referida lei, "os valores depositados na conta vinculada mencionada no inciso III do § 3º deste artigo são completamente impenhoráveis."

Pergunta [1]	Conta-Depósito Vinculada [1]	Pagamento pelo Fato Gerador - PFG [1]	Observação da Equipe de Planejamento [2]
Economia entre o valor contratado e o liquidado?	Não	Sim, pelo não pagamento das verbas previstas e que não tiveram ocorrência durante o contrato;	A princípio, há uma economia teórica com o pagamento pelo Fator Gerador. No entanto, dado que os contratos na NLLC podem se estender por até 10 anos e muitos dos custos previstos, não utilizados no primeiro ano no formato da conta vinculada, são reservados para uso em períodos subsequentes em vez de serem descartados. Se os eventos geradores desses custos não se concretizarem, eles não são renováveis para os anos subsequentes do contrato. No entanto, há uma considerável possibilidade de que esses custos sejam utilizados ao longo do contrato, ou seja, de que os eventos geradores desses custos ocorram. Portanto, ao avaliar um contrato com uma duração de 10 anos, é difícil determinar se a opção pelo fator gerador realmente resulta em economia ou não. Em que pese o aumento dos custos administrativos da gestão do contratual, associado à adoção do PFG, conforme já tratado acima, observa-se a ausência de experiências organizacionais que endossem a vantagem deste modelo, frente à conta-depósito vinculada, considerando também estes custos.
Atuação da fiscalização administrativa com relação à planilha de cálculo	Conhecimento básico	Conhecimento aprofundado sobre as movimentações (exclusão e inclusão de custos) e reflexos nas tributações;	No campus Natal-Central, a equipe de fiscalização administrativa opera com um quadro reduzido de servidores, considerando o volume de contratos que envolvem dedicação de mão de obra exclusiva, a diversidade de postos contratados e a quantidade de colaboradores terceirizados. Ademais, a equipe possui um conhecimento sob o PFG que varia entre o nível básico e intermediário.
Grau de amadurecimento da equipe de planejamento com relação ao instrumento de risco?	Normal	Aprendizado contínuo para prever as situações de adequação e melhores soluções a serem previstas no processo de contratação;	A equipe de Planejamento da Contratação carece de expertise na elaboração de planilhas de custos e formação de preços (PCFP) para contratações que empregam o fator gerador, uma vez que há diferenças na PCFP no módulo 3 e também nos sub-módulos 2.1 e 4.1 advindas da utilização do PFG. Além disso, a maioria dos manuais sobre a PCFP elaborados pelo Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/11-orientacoes-gerais-para-planilha-de-custos-e-formacao-de-precos) utiliza a Conta Vinculada como parâmetro, o que dificulta a implementação do fator gerador, devido a falta de orientações sobre o assunto.

Notas explicativas:

[1] Informações extraídas de tabela constante na aula 2 do bloco 2 (p. 22) do ebook "Contratos Administrativos: pagamento pelo fato gerador" (https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/EBOOK_MINISTERIO_ECONOMIA/index.html).

[2] Elaboração própria, com base no Ementário de Gestão Pública nº 2.412 – Ementário de Gestão Pública (https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/64804/1/Ementario_2412_2021.pdf).

Fonte: Elaboração própria.

Anexo IV - 04 Análise fator K.pdf

ANEXO IV

De acordo com o Relatório nº: 201505019 da Secretaria Federal de Controle Interno/CGU, o Fator K é "um indicador de gestão de economicidade aplicável aos dispêndios com serviços terceirizados, de natureza contínua e que envolvam a alocação de empregados nas instalações da unidade contratante". Este fator indica "quantos reais foram pagos pela Administração à contratada para cada real pago por esta ao trabalhador" (<https://auditoria.cgu.gov.br/download/11575.pdf>). Vale destacar que conforme Nota Técnica nº 2/2018/CGAC/CISET/SG-PR, "não existe um percentual fixo para o Fator K, pois este depende da estrutura de composição de preço definida tanto por requisitos legais quanto estratégicos da empresa" (<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/estrutura/secretaria-de-controle-interno/arquivos/normativos/NT%20SEI%200497655%20.pdf/view>).

O fator K é calculado dividindo-se o custo total do trabalhador no mês (ou seja, o valor mensal por empregado, obtido na PCFP) pela remuneração total (módulo 1 da PCFP) do mesmo trabalhador.

Ainda conforme o Relatório citado, "por convenção, são admissíveis os valores situados nas faixas de 3,0 a 3,5, nos contratos de limpeza/conservação, e de 2,5 a 2,7, nos demais contratos". O referido Relatório esclarece que "a diferença deve-se à inclusão, no primeiro caso, do valor dos materiais consumidos na atividade executada".

Análise dos dados da contratação

Na tabela a seguir, está demonstrado o fator K de cada posto que se pretende contratar. Ressaltamos o fator K foi calculado com base no valor mensal por empregado, em cada um dos dois cenários possíveis, ou seja, com ou sem insumos

Tabela 1 - Fator K para cada função nos cenários 1 e 2

			Cenário 1 - Sem insumos sob demanda (valor mínimo) [1]		Cenário 2 - Com insumos sob demanda (valor médio) [2]	
Item	Posto	Composição da remuneração (A)	Valor mensal por empregado [3] (B)	Fator K (B/A)	Valor mensal por empregado [4] (C)	Fator K (C/A)
1	Armazenista	1.683,33	3.829,76	2,28	4.368,70	2,60
2	Armazenista / Auxiliar de logística	2.020,00	4.534,38	2,24	4.807,30	2,38
3	Assistente de operações audiovisuais	1.715,60	3.723,21	2,17	3.843,14	2,24
4	Auxiliar de cozinha	1.470,16	3.612,20	2,46	4.287,13	2,92
5	Auxiliar de manutenção em geral	1.764,19	4.251,07	2,41	4.376,56	2,48
6	Aux. manut. geral / Gesseiro	2.201,04	5.160,22	2,34	5.513,88	2,51
7	Aux. manut. geral / Lav. veículos	2.058,22	4.842,35	2,35	5.767,39	2,80
8	Aux. manut. geral / Piscineiro	2.100,86	4.931,06	2,35	22.723,88	10,82
9	Aux. refrigeração	1.853,31	4.309,02	2,33	9.433,02	5,09
10	Aux. saúde bucal	1.694,40	3.713,39	2,19	4.319,63	2,55
11	Bombeiro hidráulico	2.478,30	5.474,87	2,21	12.598,47	5,08
12	Copeiro	1.683,33	3.828,23	2,27	5.719,77	3,40
13	Cozinheiro	2.184,27	4.836,05	2,21	5.287,62	2,42
14	Eletricista	2.839,55	6.308,47	2,22	10.242,34	3,61
15	Eletricista de redes	2.184,27	4.841,42	2,22	5.646,68	2,59
16	Jardineiro	1.683,33	4.067,91	2,42	4.783,27	2,84
17	Jardineiro / Tratorista	2.120,18	4.977,11	2,35	5.611,36	2,65
18	Marceneiro	2.478,30	5.474,87	2,21	9.018,30	3,64
19	Mec. Refrigeração III	2.514,95	5.650,31	2,25	12.717,07	5,06
20	Pedreiro	2.184,27	4.862,96	2,23	9.556,01	4,37
21	Pintor	2.478,30	5.474,99	2,21	9.484,88	3,83
22	Serralheiro	2.478,30	5.474,87	2,21	6.884,67	2,78
23	Servente de obras	1.470,16	3.639,09	2,48	3.903,72	2,66
24	Supervisor	2.184,27	4.862,16	2,23	4.995,93	2,29
25	Aux. manut. geral (temp)	1.764,19	3.892,71	2,21	4.000,82	2,27
26	Aux. refrigeração (temp)	1.853,31	3.936,36	2,12	4.039,01	2,18
27	Eletricista (temp)	2.839,55	5.768,42	2,03	7.023,87	2,47
28	Eletricista redes (temp)	2.184,27	4.403,69	2,02	4.445,60	2,04
29	Mec. Refrigeração III (temp)	2.514,95	5.138,88	2,04	5.241,53	2,08
30	Pedreiro (temp)	2.184,27	4.424,14	2,03	4.521,24	2,07
31	Pintor (temp)	2.478,30	4.974,27	2,01	5.103,33	2,06
32	Serralheiro (temp)	2.478,30	4.973,91	2,01	5.134,92	2,07
33	Servente de obras (temp)	1.470,16	3.342,93	2,27	3.440,03	2,34

Notas explicativas:

[1] No cenário 1, constarão no módulo 5 apenas os uniformes. Assim, o valor mensal por empregado neste cenário será o valor mínimo mensal. Os valores constantes nesta coluna da tabela são os valores a serem pagos nos meses em que não houver o pagamento de insumos fornecidos sob demanda.

[2] No cenário 2, o módulo 5 é constituído de todos os insumos, ou seja, tanto os uniformes quanto os insumos que serão fornecidos sob demanda. Para o cálculo do valor mensal por empregado neste cenário, foi considerado o custo médio mensal com insumos sob demanda, o qual foi obtido dividindo-se o custo anual por 12, que é a vigência inicial do contrato. Em outras palavras, este valor considera um cenário em que serão fornecidos a cada mês 100% da estimativa mensal de insumos. Contudo, vale destacar que, como os insumos serão fornecidos sob demanda, o valor mensal irá variar conforme o

[3] Trata-se do valor total por empregado, constante na Planilha de custos e formação de preços, conforme o cenário (com ou sem insumos sob demanda).

[4] Trata-se do valor total por empregado (sem insumos sob demanda), constante na Planilha de custos e formação de preços.

Fonte: Elaboração própria

Assim, foram obtidos os seguintes indicadores para o fator K:

Tabela 2 - Indicadores para o fator K

Fator K máximo	10,82
Fator K mínimo	2,04
Fator K médio	3,09

Fonte: Elaboração própria

Esclarecemos que o fator K elevado para o cenário 2 de algumas funções deve-se à grande variedade de insumos envolvidos na prestação destes serviços. Contudo, vale lembrar que esta contratação utiliza a metodologia de fornecimento de insumos sob demanda, em que só serão fornecidos os insumos efetivamente solicitados pela Fiscalização do contrato.

Esclarecemos também que os custos dos insumos sob demanda se justificam pelas características dos prédios e instalações do campus. O prédio principal foi inaugurado em 1967 e os dados constantes na tabela acima, pode-se perceber que as principais estruturas do campus excederam a vida útil projetada mínima em todos os seus principais sistemas. Isso tem resultado em um aumento significativo na necessidade de manutenção corretiva e preventiva, assim como na aquisição de insumos relacionados às atividades. Essas medidas têm como objetivo prolongar a vida útil das edificações, melhorar o desempenho dos equipamentos e instalações em geral, e garantir a segurança, o conforto e a eficiência para todos os usuários do campus. Assim, considerando que estas medidas são constantes foram atualizados os custos dos insumos a serem fornecidos sob demanda, conforme estimado no último pregão com este objeto (pregão nº 1/2021 – UASG 158369), utilizando os seguintes parâmetros: a correção através da inflação acumulada deste o pregão anterior, o valor encontrado na tabela SINAPI para o insumo e a pesquisa em sites especializados ou do fabricante.

**Anexo V - 05 Situação das atividades no plano de carreira.
pdf**

ANEXO V

Situação das atividades a serem contratadas no plano de carreira do órgão e na portaria nº 443/2018 do MPDG

Item	Função	CBO	Áreas abrangidas pela Portaria nº 443/2018 do MPDG (que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta)	Cargo com maior compatibilidade no PCCTAE	Situação do Cargo no PCCTAE [1]
1	Armazenista	4141-10	II - armazenamento; V - carregamento e descarregamento de materiais e equipamentos;	Armazenista	Extinto
2	Armazenista / Auxiliar de logística	4141-10 / 4141-40	II - armazenamento; V - carregamento e descarregamento de materiais e equipamentos;	Armazenista / Almoxarife	Extinto / Extinto
3	Assistente em operações audiovisuais	3731-45	VI - comunicação social, incluindo jornalismo, publicidade, relações públicas e cerimonial, diagramação, design gráfico, webdesign, edição, editoração e atividades afins; XIII - instalação, operação e manutenção de máquinas e equipamentos, incluindo os de captação, tratamento e transmissão de áudio, vídeo e imagens;	Assistente de Estúdios	Extinto
4	Auxiliar de cozinha	5135-05	I - alimentação;	Auxiliar de Cozinha	Extinto
5	Aux. de manutenção em geral	5143-10	XV - manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis;	Auxiliar de Infraestrutura e Manutenção/Área	Extinto
6	Aux. mant. geral / Gesseiro	5143-10 / 7164-05	XV - manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis;	Auxiliar de Infraestrutura e Manutenção/Área	Extinto
7	Aux. mant. geral / Lav. veículos	5143-10 / 5199-35	XV - manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis; XIV - limpeza;	Auxiliar de Infraestrutura e Manutenção/Área	Extinto
8	Aux. mant. geral / Piscinheiro	5143-10 / 5143-30	XV - manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis; XIV - limpeza;	Auxiliar de Infraestrutura e Manutenção/Área	Extinto
9	Aux. refrigeração	9112-05	XV - manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis; XIII - instalação, operação e manutenção de máquinas e equipamentos, incluindo os de captação, tratamento e transmissão de áudio, vídeo e imagens;	Auxiliar de Infraestrutura e Manutenção/Área	Extinto
10	Aux. de saúde bucal	3224-15	IV - atividades técnicas auxiliares de laboratório;	Auxiliar de Saúde	Vedado
11	Bombeiro hidráulico	7241-10	XV - manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis;	Bombeiro-Hidráulico	Extinto
12	Copeiro	5134-25	VIII - copeiragem;	Copeiro	Extinto
13	Cozinheiro	5132-05	I - alimentação;	Cozinheiro	Extinto

14	Eletricista	7156-10	XV - manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis;	Eletricista	Extinto
15	Eletricista instalador-reparador de redes de comunicação de dados	7231-30	XV - manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis; XXIII - serviços de tecnologia da informação e prestação de serviços de informação; XXV - telecomunicações;	Eletricista	Extinto
16	Jardineiro	6220-10	VII - conservação e jardinagem;	Jardineiro	Extinto
17	Jardineiro / Tratorista	6220-10 / 6420-15	VII - conservação e jardinagem; XXVIII - transportes;	Jardineiro	Extinto
18	Marceneiro	7711-05	XV - manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis;	Marceneiro	Extinto
19	Mecânico de manutenção e instalação de aparelhos de climatização e refrigeração	9112-05	XV - manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis; XIII - instalação, operação e manutenção de máquinas e equipamentos, incluindo os de captação, tratamento e transmissão de áudio, vídeo e imagens;	Mecânico de Montagem e Manutenção	Extinto
20	Pedreiro	7152-10	XV - manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis;	Pedreiro	Extinto
21	Pintor	7166-10	XV - manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis;	Pintor-Área	Extinto
22	Serralheiro	7244-40	XV - manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis;	Auxiliar de Serralheiro	Extinto
23	Servente de obras	7170-20	XV - manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis;	Servente de Obras	Extinto
24	Supervisor	4101-05	XV - manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis; XXIII - serviços de tecnologia da informação e prestação de serviços de informação; XXV - telecomunicações;	Administrador de Edifícios	Vedado

[1] Informações extraídas do site: <https://www.ifpb.edu.br/servidor/tecnico-administrativo/cargos-extintos-vedados-pcctae>

Documento Digitalizado Público

Apêndice X - Estudo técnico preliminar - ETP [atualizado]

Assunto: Apêndice X - Estudo técnico preliminar - ETP [atualizado]
Assinado por: Humberto Junior
Tipo do Documento: Estudo preliminar - contratos
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:
■ Humberto Dantas de Oliveira Junior, ADMINISTRADOR, em 07/06/2024 20:13:11.

Este documento foi armazenado no SUAP em 07/06/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1803789
Código de Autenticação: e2e546ee65

